



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

CAMILA ABREU DE CARVALHO

**Quilombo de Maria Conga em Magé:
Memória, Identidade e Ensino de História**

Rio de Janeiro

Julho de 2016

Quilombo de Maria Conga em Magé: Memória, Identidade e Ensino de História

Projeto de pesquisa do Mestrado Profissional em Ensino de História.

Professor orientador: Dra. Keila Grinberg.

Rio de Janeiro

Julho de 2016

CAMILA ABREU DE CARVALHO

Quilombo de Maria Conga em Magé:

Memória, Identidade e Ensino de História

Monografia apresentada à coordenação do de pós-graduação do Mestrado Profissional de Ensino História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio para obtenção do título de mestre em Ensino de História. Apresentada em 29 de julho de 2016 para a banca examinadora composta pelas professoras Dra. Keila Grinberg (Orientadora), Professor Dra. Camila Agostini e Professor Dra. Daniela Yabeta.

AGRADECIMENTOS

A minha família, pela base sólida que me deu força para encarar a vida de frente. Aos meus pais, por serem tão presentes em minha vida, por estarem sempre por perto me apoiando, com carinho pela dedicação e coragem em garantir a minha formação neste mundo de tantas adversidades.

A minha orientadora Keila Grinberg, por todo o conhecimento passado, e por ter acompanhado a minha formação durante a pós-graduação.

Às (os) demais professoras(es) deste programa que fizeram parte dessa jornada em sala de aula e nos corredores.

Aos meus amigos que permaneceram comigo compreendendo a distância e falta de tempo, provocada nas horas de estudo e trabalho.

Aos companheiros de classe, por todos os trabalhos realizados juntos e pela amizade construída.

Aos meus alunos por contribuírem e darem sentido ao trabalho em sala de aula e tornarem esta experiência de ensino-aprendizagem divertida e desafiadora.

Um agradecimento especial a Ivone Bernardo, líder quilombola do Maria Conga e atual presidente da Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro, por me conceder a entrevista e compartilhar seus conhecimentos comigo, tornando possível a realização deste projeto.

RESUMO

O projeto “Quilombo de Maria Conga em Magé: Memória, Identidade e Ensino de História” tem por objetivo fazer com que um lugar de memória relacionado a escravidão seja também um lugar de ensino de história, com o fim de que os alunos conheçam um pouco da história e cultura afro-brasileira e, de modo geral a história de Magé, tornando o projeto uma ação para o ensino de História que está de acordo com as demandas presentes na Lei 10.639 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Como resultado desse projeto foi elaborado dois produtos com objetivo de contribuir no ensino de história na escola, especificamente o ensino de história e cultura afro-brasileira. São eles: o catálogo “Usos da Lei 10.639 em sala de aula: sugestões de atividades para o Ensino e História Afro-Brasileira e para o Dia da Consciência Negra” e o livro “Maria Conga: A Guerreira de Magé”.

Palavras-chaves: quilombos, ensino de história, memória, lugar de memória, identidade.

Linha de pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.

Orientador: Professora Dra. Keila Grinberg.

Sumário:

Introdução.....	7
Capítulo I: Ensino de História Afro-Brasileira - desafios em sala de aula.....	11
Capítulo II: História local no ensino de história - resumo da história Magé e a dinâmica da escravidão.....	23
Capítulo III: Quilombo Maria Conga - memória local e ensino de história.....	27
Capítulo IV: Apresentação do livro Maria Conga – A Guerreira de Magé.....	43
Conclusão.....	52
Bibliografia.....	56
Anexos.....	61

Introdução:

Atuo como professora do ensino fundamental da rede municipal de educação Guapimirim e quando ingressei no magistério, no ano de 2013, senti dificuldades em relação a disciplina dos alunos, sendo perceptível a falta de interesses no conhecimento e na escola, em outras palavras, os alunos não tinham consciência da importância e do papel da escola na vida deles, especialmente na disciplina de História, pois a máxima recorrente entre os alunos era: já passou, por que preciso aprender? Mesmo com as minhas explicações não ficava muito claro para eles este sentido. Este desafio me acompanhou e me acompanha até hoje. Apesar dos problemas da escola pública e da pouca experiência em sala de aula, considerei que responder esta pergunta ou dar sentido as aulas de História seria o ponto de partida para o bom andamento da aula e para que a compreensão dos conteúdos se desse efetivamente.

Assim que ingressei no ensino público fui lecionar em uma escola situada no limite entre as cidades de Magé e de Guapimirim. Apesar da escola pertencer a rede de Guapimirim, a maioria dos alunos morava e tinha uma identidade relacionada à cidade de Magé. Cidade onde fica localizada a comunidade quilombola Maria Conga.

Por esse motivo era comum, durante as aulas sobre escravidão, os alunos citarem a existência desse quilombo, sabiam pouco, mas já tinham ouvido falar que existia um nas imediações. Esses comentários despertaram em mim curiosidade para pesquisar sobre o tema e acabou sendo o motivo da escolha desse objeto de estudo.

Iniciei pesquisas por conta própria antes mesmo de ingressar no mestrado com objetivo de poder citar o Quilombo Maria Conga nas aulas e aproximar os alunos dos conteúdos da disciplina, já que eles próprios citavam este exemplo. Conheci, por meio de reportagens sobre o quilombo e através do documentário “Orgulho de ser quilombola”¹ as memórias da Maria Conga que considerei importantes para trabalhar em aula, especialmente pelo fato da liderança do quilombo ser uma mulher negra, sendo histórias que por muito tempo não estavam presentes no livro didático. Visto que:

Se a compreensão da enorme contribuição dos quilombos à história do país vem sendo descortinada, cada vez mais, como resultado de estudos

¹ O documentário Maria Conga “Orgulho de ser quilombola”, produzido pelos quilombolas do Maria Conga em parceria com a ONG Estimativa, historiciza, através da visão e de memórias ancestrais de quilombolas que ali nasceram, a criação e os mistérios do Quilombo e de Maria Conga, sua fundadora. Roteiro, direção e toda a parte técnica foram feitas pelos participantes da oficina do Ponto de Cultura Cinemina Pontos de Visão. Os professores, só participaram com o suporte técnico nas aulas e tirando dúvidas durante as gravações. O documentário é uma das fontes de pesquisa para elaboração do projeto. Maiores informações sobre o processo de produção do documentário está na entrevista em anexo.

históricos, baseados em documentos e, mais recentemente, com etnografias e laudos antropológicos, o mesmo não se pode afirmar em relação à participação feminina nesse episódio. Faltam registros. Contudo, indícios permitem destacar que essa presença se fez com representantes comuns e até mesmo de rainhas, como Tereza de Benguela - africana ou brasileira, não se sabe, que teria sido líder do quilombo do Quariterê, em Mato Grosso. Permite ainda supor que essa participação feminina tenha sido, na maioria dos quilombos, de extrema importância na manutenção do dia-a-dia, abastecimento de provisões e, sobretudo, na preservação de valores culturais e religiosos. (BARBOSA; SCHUMACHER, p 26, 2010).

Sendo assim meu único recurso didático era este documentário, pois não tinha contato com a comunidade e como o trecho do documentário que está disponível na internet é curto, ainda tinha muitas dúvidas de qual seria a melhor forma de trabalhar essa memória local em sala de aula. Somente exibia na sala de vídeo e citava-o como exemplo de quilombo, mas não tinha maiores informações sobre esta história.

Ao ingressar no Mestrado Profissional em Ensino de História (Prohístória) no ano de 2014, tive a oportunidade de pensar o ensino de história tanto na teoria quanto na prática. Cursei disciplinas relacionadas, ao debate do patrimônio cultural (material, imaterial e urbano), educação patrimonial, cultura popular, identidades, memória e narrativas, todas com abordagens voltadas para o ensino de história². Além de debater e acompanhar os relatos e desafios dos colegas que também estão em sala de aula.

Estes novos conhecimentos e vivência foram fundamentais para a escolha do objeto de pesquisa: a memória do quilombo Maria Conga nas aulas de História. A ideia inicial era fazer com que esta memória que está próxima da realidade dos alunos desse sentido as aulas de História, com o objetivo de tentar solucionar aquela questão: já passou, para que aprender?

Surgiram, então, algumas perguntas que se tornariam o norte deste trabalho, são elas: Como trabalhar os conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira em sala de aula de forma que os alunos percebam as implicações atuais da adoção do regime de escravidão? Como trabalhar a história de resistência negra a partir da história de uma comunidade quilombola que está próxima da realidade dos alunos? Como trabalhar os conceitos de memória e identidade a partir das memórias dos quilombolas do Maria Conga? Como trabalhar as questões políticas que envolvem os remanescentes de quilombos atualmente com o ensino de História? Como trabalhar questões de gênero a partir de uma liderança feminina?

² Foram cursadas as seguintes disciplinas: Teoria de História, História do Ensino da História, Educação Patrimonial, Patrimônio, Identidades, Memória e Ensino de História, Currículo de História: Memória e Produção de Identidade/Diferença, Cidade, Patrimônio Urbano e Ensino de História e Quilombos Contemporâneos e Ensino de História.

Estas indagações me acompanharam durante a pesquisa e na tentativa de respondê-las a pesquisa foi orientada da seguinte maneira: primeiramente recorreu-se à pesquisa bibliográfica sobre a história de Magé, com a intenção de mapear as formas de inserção da cidade no cenário nacional durante o século XIX e de compreender o papel político, econômico e social da cidade dentro da dinâmica do Rio de Janeiro. Esta primeira etapa da pesquisa foi menos complicada por a minha história de vida pessoal estar diretamente ligada a cidade de Magé e por já ter feito uma monografia sobre a história da cidade na graduação.

Posteriormente foi feito um levantamento de documentos relacionados à história do Quilombo Maria Conga tais como: mapas, matérias de jornais, revistas e documentários sobre o quilombo.

A terceira parte da pesquisa foi realizada ao longo do curso de mestrado e está relacionada ao levantamento do referencial teórico, foram levantados livros e artigos sobre conceitos e categorias como: memória e história, identidades, racismo, escravidão, quilombos, remanescentes de quilombo, políticas de reparação e sobre os impactos da Lei 10.639 no ensino de história.

Na última parte da pesquisa foi realizada uma entrevista com Ivone Bernardo, líder da comunidade quilombola do Maria Conga, e atual presidente da ACQUILERJ³ com o objetivo de conhecer as memórias do lugar e compreender as perspectivas dos moradores sobre questões como: resistência negra, liderança da Maria Conga e problemas enfrentados na comunidade.

A partir desse caminho a proposta de trabalho consistiu em relacionar a história do quilombo Maria Conga ao ensino de história, sendo esse estudo relevante para o ensino de história afro-brasileira, especialmente pela história de resistência das mulheres negras e para o patrimônio cultural da cidade de Magé. Desse modo o projeto surgiu com intuito de elaborar um material educativo que colaborasse com o ensino de história, por meio da memória local.

Vale destacar também que apesar dos intensos debates acadêmicos em relação à escravidão e à memória da escravidão, não existe nenhum livro ou material didático específico para discutir os quilombos e os remanescentes de quilombo para a região

³ Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro.

abordada no projeto⁴, sendo inclusive uma dificuldade encontrada para a realização do estudo e ao mesmo tempo uma motivação.

O resultado material desta pesquisa foi desmembrado em dois produtos finais. O primeiro consistiu na produção do catálogo de atividades ***“Usos da Lei 10.639 em sala de aula: sugestões de atividades para o Ensino e História Afro-Brasileira e para o Dia da Consciência Negra”***, que contém sugestões de atividades para professores de várias disciplinas trabalharem o ensino de história afro-brasileira. Essas atividades foram realizadas nas escolas onde leciono e também serviu como fonte e experiência prática para a produção da pesquisa. A produção deste catálogo e seus objetivos serão abordados no primeiro capítulo.

O outro produto consiste na produção de um livro paradidático denominado ***“Maria Conga: A Guerreira de Magé”*** sobre a história de resistência e de liderança da Maria Conga (mulher negra, ex-escrava, fundadora e líder do quilombo), para ser utilizado em sala de aula como recurso didático.

Tanto o catálogo quanto o livro didático visam atender as demandas presentes na Lei 10.639 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Diretrizes fundamentais para a orientação do professor em sala de aula, especialmente no tocante a questões delicadas e desafiadoras, como o racismo, por exemplo, que o professor se depara e tem que enfrentar no cotidiano da sala de aula.

⁴ Atualmente as pesquisas sobre escravidão no Rio de Janeiro concentram-se no sul fluminense. Região que recebeu um grande afluxo de escravos durante o século XIX.

Capítulo I: Ensino de História Afro-Brasileira - desafios em sala de aula.

Este capítulo tem por finalidade levantar os principais conceitos relacionados ao ensino de história afro-brasileira, e relatar por meio das experiências em sala de aula os obstáculos enfrentados pelos professores ao abordar essa temática. Visto que:

A escola representa uma abertura para a vida social mais ampla, em que o contato é muito diferente daquele estabelecido na família, na vizinhança e no círculo de amigos mais íntimos. Uma coisa é nascer criança negra, ter cabelo crespo e viver dentro da comunidade negra; outra coisa é ser criança negra, ter cabelo crespo e estar entre brancos. A experiência da relação identidade/alteridade coloca-se com maior intensidade nesse contato família/escola. Para muitos negros, essa é uma das primeiras situações de contato interétnico. É de onde emergem as diferenças e se torna possível pensar um “nós” – criança e família negra – em oposição aos “outros” – colegas e professores/as brancos. Embora o discurso que condiciona a discriminação do negro à sua localização na classe social ainda seja predominante na escola, as práticas cotidianas mostram para a criança e para o adolescente negro que o status social não é determinado somente pelo emprego, renda e grau de escolaridade, mas também pela posição da pessoa na classificação racial. (GOMES, p 236, 2005).

Desse modo, ao ingressar no magistério na rede pública de educação percebi que é latente a questão racial e por isso é necessário o reforço do estudo referente a história e cultura afro-brasileira, visto que a maioria dos alunos desconhecem a história do negro no Brasil e as implicações atuais dessa trajetória histórica na sociedade. “A questão racial brasileira tem historicidade, estando marcada, na contemporaneidade, pela emergência (conflituosa e contraditória) de perfis identitários do Brasil e pela recente problematização da propalada realização brasileira como social e plural, diversa, democrática, inclusiva e igualitária” (PEREIRA, p 26, 2008). Portanto, é óbvio que para uma educação que se pretende anti-racista:

refletir sobre a questão racial brasileira não é algo particular que deve interessar somente às pessoas que pertencem ao grupo étnico/racial negro. Ela é uma questão social, política e cultural de todos(as) os(as) brasileiros(as). Ou seja, é uma questão da sociedade brasileira e também mundial quando ampliamos a nossa reflexão sobre as relações entre negros e brancos, entre outros grupos étnico-raciais, nos diferentes contextos internacionais. Enfim, ela é uma questão da humanidade. Por isso é preciso falar sobre a questão racial, desmistificar o racismo, superar a discriminação racial. (GOMES, p 51, 2005).

Com intuito de atender essa necessidade e fazer uma relação entre passado presente, dando sentido ao estudo dessa temática foi idealizado, por iniciativa dos professores de História da escola e aplicado nos anos de 2014 e 2015, um projeto interdisciplinar nas escolas municipais Simão da Motta e Rosa de Sarom respectivamente. Foram realizados pelos alunos diversos trabalhos, que tinham o

objetivo de incentivar uma tomada de consciência sobre a questão racial e estimular a valorização da identidade negra.

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores(as), sobre a importância da diversidade cultural? Para entender a construção da identidade negra no Brasil é importante também considerá-la não somente na sua dimensão subjetiva e simbólica, mas sobretudo no seu sentido político. (GOMES, p.43, 2005)

“Mas isso não implica transformar o ensino de história numa ação pedagógica que tem por finalidade a formação de consciências identitárias”(PEREIRA, p 34, 2008), pois “tocar no campo dos valores, das identidades, mexe com questões delicadas e subjetivas e nos leva a refletir sobre diversos temas presentes no campo educacional” (GOMES, p 149, 2005). Por essas e por outras questões ao me debruçar no estudo da Lei 10.639 ficou nítido que é um campo ainda polêmico e que apesar da obrigatoriedade do ensino do conteúdo na escola ser um avanço, ainda existem críticas na forma que a lei foi implementada, especialmente no que tange a um ensino de história e cultura afro-brasileira estereotipado e estigmatizado. Segundo Pereira:

Se, por um lado, então, a nova legislação referenda deslocamentos presentes de maneira dispersa no campo do ensino de história, da pesquisa e da formação docente, como a necessidade de valorização de temáticas sub-representadas ou abordadas de maneira equivocada ou, ainda, faz uma afirmação assertiva. Daí a necessidade de rompimento com narrativas etnocêntricas, por outro lado, dela também advêm alguns dilemas com os quais o ensino de história vem lidando há certo tempo e que estão, em alguma medida, potencializados pelas diferentes formas de recepção dessa regulamentação legal. Referimo-nos, por exemplo, à mitificação de personagens, ao privilégio de datas e eventos em detrimento da compreensão de processos históricos e suas transformações, ao ensino de conteúdos históricos com vistas à mobilização de consciências, ou, ainda, ao atrelamento visceral do ensino de conteúdos históricos (este, o equívoco) à causa de políticas compensatórias. (PEREIRA, p 24, 2008)

De acordo com a autora o “a educação das relações étnico-raciais far-se-á, segundo prescrevem as “Diretrizes”, pela explicitação dos conflitos raciais”. “Esse movimento tem impulsionado a escola brasileira a pensar sobre a necessidade de se criar estratégias de combate ao racismo na escola e de valorização da população negra na educação” (GOMES, 2005), visto que é comum a reprodução de práticas racistas nas

escolas de forma naturalizada, tanto pelos alunos quanto por professores e pela equipe escolar em geral. Embora o ambiente escolar seja, muitas vezes, tradicional e conservador “é no âmbito da escola que se devem buscar condições de acesso de todos ao conhecimento. Mas pretende-se que esse movimento extrapole os limites dos muros institucionais, atingindo o processo educativo da formação humana, que ocorre em todas as dimensões da vida” (VALENTE, 2005).

Por essa perspectiva, a instituição escolar é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade (...) temas como a representação do negro nos livros didáticos, o silêncio sobre a questão racial na escola, a educação de mulheres negras, relações raciais e educação infantil, negros e currículo, entre outros, começam a ser incorporados na produção teórica educacional. Porém, apesar desses avanços, ainda nos falta equacionar alguns aspectos e compreender as muitas nuances que envolvem a questão racial na escola, destacando os mitos, as representações e os valores, em suma, as formas simbólicas por meio das quais homens e mulheres, crianças, jovens e adultos negros constroem a sua identidade dentro e fora do ambiente escolar. O discurso pedagógico, ao privilegiar a questão racial, não gira somente em torno de conceitos, disciplinas e saberes escolares. Fala sobre o negro na sua totalidade, refere-se ao seu pertencimento étnico, à sua condição socioeconômica, à sua cultura, ao seu grupo geracional, aos valores de gênero etc. Tudo isso se dá de maneira consciente e inconsciente. (GOMES, p 232, 2005)

A prática docente é feita de escolhas e como o ensino de história e cultura afro-brasileira depende da autonomia do professor, questiona-se a forma como este vai abordar o conteúdo em sala de aula, sendo essa uma das críticas em relação a aplicação da Lei 10.639, já que muitos autores consideram que os professores da educação básica ficam confusos ao abordar o tema. De acordo com Pereira “há dificuldades muito grandes por parte dos professores para abordagem da questão racial contemporânea” (PEREIRA, p.165, 2011). Segundo a autora:

Os professores da educação básica têm expressado suas demandas em grande medida através de perguntas que emergem no diálogo com seus pares e no exercício da ação docente. É comum que encontremos perguntas como: o que é raça? O que é racismo? O que é anti-racismo? Como posso compreender a história do racismo? E do racismo brasileiro? O que é cultura? O que é identidade? Como a antropologia, a sociologia e a filosofia podem contribuir para a compreensão das questões postas pela discussão racial na educação? O que é ser negro no Brasil? O que é identidade negra? Quem é afro-descendente no Brasil? O que é cultura afro-brasileira? O que é cultura africana? O que é afro-descendência? O que são ações afirmativas? O que é ser negro no Brasil contemporâneo? O que é ser branco no Brasil contemporâneo? O que é ser mestiço no Brasil contemporâneo? Como compreender melhor a polêmica em torno da idéia de mestiçagem? E o branqueamento histórico, o que é? O racismo brasileiro é diferente de outros? O que o fundamenta? O que é multiculturalismo? (PEREIRA, p.25, 2008).

Realmente, estas são questões complexas, especialmente para professores de áreas que não são de humanas e que provavelmente não tiveram essas reflexões em sua formação e que, talvez, por essa razão encontrem dificuldades de abordá-las no ensino básico, onde enfrentamos outras questões que dificultam o nosso trabalho, tais como: indisciplina, falta de interesse dos alunos, questionamentos dos pais ao trabalho dos professores quando abordamos essa temática, falta de tempo, cobrança pelos conteúdos etc. Ainda de acordo com a autora:

Não basta introduzir conteúdos de história e cultura afro-brasileira ou africana para a superação do eurocentrismo nas abordagens históricas. O desafio é a promoção de um ensino-aprendizagem em que a história africana e a história européia, por exemplo, não sejam dicotimizadas, nem idealizadas, nem tampouco contrapostas, mas, antes, compreendidas em sua dinâmica e circularidade, com as violências e embates do passado e do presente, mas com as perspectivas relacionais requeridas em qualquer abordagem histórica mais substantiva. (...) Da mesma forma, atentemos para que o ensino-aprendizagem de história e cultura afro-brasileira não se torne refém de uma “folclorização” despolitizada, nem seja tido como mero elemento submisso à formação de uma suposta identidade nacional. Para que, no estudo das culturas brasileiras, possam comparecer, de forma positivada, as culturas afro-brasileiras (no plural), assim como tantas outras culturas, compreendidas em sua dimensão também relacional e com os aportes políticos, éticos e históricos que lhes são constitutivos. (PEREIRA, p.29, 2008)

Mas é justamente para não entrar nesta lógica que consideramos iniciativas como um projeto específico para abordagem do tema é fundamental para pensar na complexa questão racial no Brasil, englobando não só os alunos, mas toda comunidade escolar. Já que “o entendimento sobre o que é racismo, discriminação racial e preconceito, poderia ajudar os(as) educadores(as) a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista e quando esta acontece no interior da escola”. (GOMES, p 148, 2005).

Embora o projeto tenha sido realizado no Dia da Consciência Negra, não teve intenção de reproduzir estereótipos, mas tratar a questão racial na escola sob uma abordagem que despertasse o interesse dos alunos, fazendo uma relação entre passado e presente e também instigar os professores das outras disciplinas a refletirem sobre a questão, caso contrário seria muito difícil no cotidiano escolar, o professor de Matemática e/ou Educação Física, por exemplo, abordarem o tema, visto que “as ações tomadas nesse sentido ficam, então, geralmente restritas às iniciativas pontuais e individuais, que além de não terem apoio institucional muitas vezes são mal vistas pelos colegas e superiores” (SOUZA, p,19, 2013). Além do fato de que “há os que consideram ser o professor de história o responsável pela abordagem das leis na escola,

sendo, neste caso, o professor de referência” (PEREIRA, p.164, 2011). Para questionar essa visão, apesar da iniciativa ter sido dos professores de História, propusemos um projeto interdisciplinar. No entanto vale destacar que, “mesmo pressupondo ações interdisciplinares, o ensino de história é, considerado campo estratégico. O ensino de história relaciona-se, na história, a movimentos e processos de manipulação da memória” (PEREIRA, p 25, 2011), isto significa que o ensino de história possibilita trabalhar a temática afro-brasileira em diferentes conteúdos e temporalidades no cotidiano da sala de aula. Porém:

Não custa afirmar que a superação do eurocentrismo (presente não somente no ensino de história) e também o rompimento com o que seria uma abordagem colonialista da história se realiza de forma horizontalizada no currículo escolar e não apenas em datas celebrativas, por ação isolada, ou ainda, de forma estigmatizada. Isso equivale a dizer que a superação do eurocentrismo pode ser compreendida como responsabilidade de todos os professores e da experiência escolar de maneira mais abrangente; e não, como tem sido feito em algumas realidades, por um ou outro professor e/ou em momentos singulares ou excepcionais em relação à rotina escolar. (PEREIRA, p 163, 2011).

O fato da culminância do projeto ter sido realizada no Dia da Consciência Negra na verdade funcionou somente como uma justificativa para a realização do mesmo e para que todos da escola pudessem se engajar na idéia, à medida que foi um processo de conscientização coletiva. “Afim, a docência é uma profissão que se aprende também através da prática cotidiana e, não custa dizer, compartilhada” (PEREIRA, p 38, 2008).

As datas cívicas, embora sejam ótimas oportunidades para a ressignificação pela escola de concepções históricas, não bastam, se tomadas de maneira isolada, ao ensino de história numa perspectiva renovada. É preciso compor um universo de reflexões em torno delas (não somente as datas cívicas, mas todas aquelas ditas celebrativas), que integrem e potencializem as ações dos professores. Reafirma-se, nesse sentido, a relevância da demanda docente por integração de agendas compostas por ações integradas e periódicas, e não como se vê comumente, através de uma ação educativa realizada por meio de um calendário de eventos esporádicos, desconexos, não raro reduzidos a datas cívicas emblemáticas, como é o caso do dia “20 de novembro”. (PEREIRA, p 37, 2008).

Vale destacar que a iniciativa de uma escola transformou-se em um projeto da rede, que até então não tinha nenhuma proposta pedagógica específica para pensar a questão. Dadas as adversidades e os obstáculos cotidianos em uma escola pública o projeto da consciência negra serviu como ponto de partida e estímulo para começar a pensar a questão da educação das relações étnico-raciais no município.

As tarefas propostas foram feitas em oficinas que ficaram divididas da seguinte forma: oficina de movimento, arte, literatura e cineclubes. As oficinas relacionadas a arte e movimento, tais como oficina de turbante, desfile de beleza negra, painel de cabelos crespos e afros, não tinha por objetivo reproduzir estereótipos sobre o corpo e o cabelo, mas sim de contribuir na superação de preconceitos em relação à estética negra tais como: “cabelo ruim e/ou duro”, expressões racistas que, infelizmente, são muito repetidas no ambiente escolar.

Aprendemos tudo isso na sociedade: família, escola, círculo de amigos, relacionamentos afetivos, trabalho, entre outros. A questão mais séria é: por que aprendemos a ver o outro e, nesse caso, o negro, como inferior devido a sua aparência e/ou atributos físicos da sua origem africana? A resposta é: porque vivemos em um país com uma estrutura racista onde a cor da pele de uma pessoa infelizmente é mais determinante para o seu destino social do que o seu caráter, a sua história, a sua trajetória. Além disso, porque o histórico da escravidão ainda afeta negativamente a vida, a trajetória e inserção social dos descendentes de africanos em nosso país. Some a isso o fato de que, após a abolição, a sociedade, nos seus mais diversos setores, bem como o Estado brasileiro não se posicionaram política e ideologicamente de forma enfática contra o racismo. Pelo contrário, optaram por construir práticas sociais e políticas públicas que desconsideravam a discriminação contra os negros e a desigualdade racial entre negros e brancos como resultante desse processo de negação da cidadania aos negros brasileiros. Essa posição de “suposta neutralidade” só contribuiu ainda mais para aumentar as desigualdades e o racismo (GOMES, p 46, 2005).

Nesse contexto, ao valorizarmos essas características, por meio do protagonismo dos próprios alunos “o cabelo e a cor da pele podem sair do lugar da inferioridade e ocupar o lugar da beleza negra, assumindo uma significação política (GOMES, p 243, 2005). Consideramos, então, que:

O estudo sobre as representações do corpo negro no cotidiano escolar poderá ser uma contribuição não só para o desvelamento do preconceito e da discriminação racial na escola, como também poderá ajudar-nos a construir estratégias pedagógicas alternativas que nos possibilitem compreender a importância do corpo na construção da identidade negra de alunos/as, professores/as negros, mestiços e brancos, e como esses fatores interferem nas relações estabelecidas entre esses diferentes sujeitos no ambiente escolar. Na escola, não só aprendemos a reproduzir as representações negativas sobre o cabelo crespo e o corpo negro; podemos também aprender a superá-las. Para isso, elas terão que ser consideradas temáticas merecedoras de um lugar em nosso currículo e em nossas discussões pedagógicas. Mas quais serão as representações sobre a relação negro, corpo e cabelo presentes na escola? Em que momentos elas aparecem e como elas aparecem? Como tais representações se manifestam no currículo? Como os sujeitos negros e brancos vivem suas experiências corpóreas dentro e fora da escola? Muitas vezes, esses processos delicados e tensos passam despercebidos pela instituição escolar e pelos/as profissionais da educação, e não são incluídos nos debates e nas discussões desenvolvidas nos cursos de formação de professores/as. O estudo sobre o corpo e o cabelo, como ícones da identidade negra presentes nos processos educativos escolares e não escolares, poderá apontar-nos outros caminhos além da denúncia da reprodução de preconceitos e estereótipos. (GOMES, p 245, 2005).

Em relação a história da África foram realizadas oficinas de literatura sobre os reinos africanos.

Uma vez que os professores pouco sabem acerca das sociedades africanas, seus sistemas de pensamento e os processos históricos por elas vividos, têm dificuldade em abordar temas carregados de preconceitos de forma a derrubá-los, ao tratar os fenômenos das culturas afro-brasileiras com base nas lógicas de suas matrizes africanas e dos processos que lhes deram origem. Minha posição é de que somente conhecendo bem as sociedades africanas, suas histórias e os processos que nos ligam a elas, assim como desvendando as noções por trás da construção histórica e ideológica dos preconceitos contra o africano e o negro, teremos condições de analisar com consistência as manifestações afro-brasileiras e o lugar que os africanos e seus descendentes ocuparam no passado e ocupam no presente, no contexto da sociedade brasileira como um todo. (SOUZA, p 22, 2013).

Já as oficinas que envolveram arte, música, dança e movimento corporal, que eram as mais propícias ou as que tinham mais riscos de reproduzir estereótipos, novamente não foi pensada com esse objetivo, mas sim de fazer com que os alunos percebessem de forma positiva como as diversas esferas da cultura africana se fizeram presente no Brasil, especialmente como forma de resistência, afirmação cultural e preservação da memória.

Quando pensamos nos africanos escravizados e trazidos para o Brasil, sempre vem à nossa mente o processo de coisificação do escravo materializado nas relações sociais daquele momento histórico. Esse processo se objetivava não só na condição escrava, mas na forma como os senhores se relacionavam com o corpo dos escravos e como os tratavam: os castigos corporais, os açoites, as marcas a ferro, a mutilação do corpo, os abusos sexuais são alguns exemplos desse tratamento. Mesmo diante de tal situação, em que a liberdade oficial estava condicionada à carta de alforria, os escravos e as escravas desenvolveram as mais diversas formas de rebelião, de resistência e de busca da liberdade. Naquele contexto, a manipulação do corpo, as danças, os cultos, os penteados, as tranças, a capoeira, o uso de ervas medicinais para cura de doenças e cicatrização das feridas deixadas pelos açoites foram maneiras específicas e libertadoras de trabalhar o corpo. (GOMES, p 230, 2005).

Dessa perspectiva é possível construir aulas que utilizem lúdico como forma de articular processos culturais a processos de resistência, e de incluir os saberes, vivências e experiências dos alunos nas aulas, à medida que a arte proporciona liberdade criativa e possibilita que os alunos participem das atividades se divertindo também, indo na contramão da escola tradicional e conservadora.

Assim, poderemos realizar discussões na escola que trabalhem temas como: a influência da mídia, a religião, a cultura, a estética, a corporeidade, a música, a arte, os movimentos culturais, na perspectiva afro-brasileira. Essas e outras temáticas podem e devem ser realizadas ao longo do processo escolar e não somente nas datas comemorativas, na semana do folclore ou durante a semana da cultura (GOMES, p151, 2005).

Apesar de concordar com a autora de que estes temas precisam ser abordados durante todo o ano letivo, a oportunidade de um projeto específico para refletir a questão racial no Brasil possibilitou que os trabalhos realizados fossem resultado de um esforço coletivo, pensado em conjunto com professores de outras disciplinas, abordando o tema sob várias perspectivas diferentes.

Um tratamento estigmatizado e estereotipado também foi dado – e infelizmente ainda o é – à história e à cultura dos descendentes de africanas e africanos do Brasil. Essa população tem sua imagem associada recorrentemente à violência, à pobreza, à indolência e a uma sexualidade animalesca, ou seja, a um rol de características negativas. E quando se almeja valorizá-la, isso se dá por meio de outro estereótipo, o da ‘festividade’, ou seja, pela alegoria de pessoas aptas a fazerem ‘festas’, mas inaptas a responsabilidades de outra ordem. Nesse caso, como no anterior, outro olhar pode revelar, em vez de estereótipos, os processos sócio-históricos que produziram a situação que leva parte considerável da população negra brasileira a viver se não na pobreza, muito perto dela (...) O trabalho escolar com história e cultura afro-brasileiras deve procurar desconstruir esse tipo de perspectiva, e nesse sentido deve-se entender sua construção e formas de manutenção, almejando indicar a escola como local privilegiado para debater e criticar constructos intelectuais. (COSTA, p 231, 2013).

O projeto pretendeu fugir dessa primeira perspectiva e apesar da culminância do projeto ter acontecido no Dia da Consciência Negra, os trabalhos foram realizados anteriormente, todos com embasamento teórico, tendo sido realizado com sucesso na escola onde atuo e sendo expandido para as outras escolas da rede. Cada atividade, mesmo que de forma lúdica, foi pensada com o objetivo de refletir criticamente sobre cada aspecto que envolve o ensino e cultura afro-brasileira, tais como: os africanos e seus descendentes no Brasil, o negro na sociedade contemporânea, racismo, desigualdade social, remanescentes de quilombo; identidade negra, identidade quilombola, manifestações culturais, artísticas afro-brasileiras e religiões de matriz africana. O debate sobre as cotas serviu, por exemplo, para discutir, além da própria questão das cotas, a desigualdade social no país. Este de debate foi baseado na idéia de que:

O abismo racial entre negros e brancos no Brasil existe de fato. As pesquisas científicas e as recentes estatísticas oficiais do Estado brasileiro que comparam as condições de vida, emprego, saúde, escolaridade, entre outros índices de desenvolvimento humano, vividos por negros e brancos, comprovam a existência de uma grande desigualdade racial em nosso país. Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada a exclusão social e a desigualdade socioeconômica que atingem toda a população brasileira e, de um modo particular, o povo negro. Quando não refletimos seriamente sobre essa situação e, quando a sociedade não constrói formas, ações e políticas na tentativa de criar oportunidades iguais para negros e brancos, entre outros grupos raciais, nos mais diversos setores, estamos contribuindo para a reprodução do racismo. É preciso ensinar para os(as) nossos(as) filhos(as), nossos alunos(as) e para as novas gerações que algumas diferenças

construídas na cultura e nas relações de poder foram, aos poucos, recebendo uma interpretação social e política que as enxerga como inferioridade. A consequência disso é a hierarquização e a naturalização das diferenças, bem como a transformação destas em desigualdades supostamente naturais. (GOMES, p 47, 2005).

Já o debate específico sobre o racismo na sociedade atual foi abordado por meio de charges na internet, após uma aula sobre as diferenças entre os conceitos de raça, etnia, racismo e democracia racial. Destaca-se o fato de que maior dificuldade do projeto, além do processo de produção das atividades que envolveu tempo e dedicação dos alunos e dos professores, foi justamente a resistência de alguns professores ou mesmo a falta de preparo ou conhecimento para lidar com a questão, muitos inclusive reproduzindo preconceitos de forma naturalizada, especialmente no tocante a questão de religiões de matriz afro-brasileira, visto que muitos desses professores tem uma formação mais religiosa conservadora. Percebe-se que o racismo ultrapassa as relações dos alunos e infelizmente atinge todas as relações sociais no cotidiano da comunidade na escolar, o racismo mais forte e enraizado é invisível, aparecendo em comentários, piadas, aparentemente inofensivos. Esta reprodução alcança a sociedade como um todo, sendo muito presente e forte na escola. Por isso projetos com essa temática na escola pode ser um primeiro passo para a reflexão e desnaturalização deste sério problema social. Segundo Gomes:

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES, p 52, 2005).

Definido desta forma, num primeiro momento parece não existir racismo no Brasil, o racismo aparentemente está localizado no passado ou em outro lugar, em outro tempo e espaço, mas no decorrer do projeto e dos debates os próprios alunos conseguiram perceber uma das principais características do racismo no Brasil, o “racismo sem querer”.

O racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta, muito diferente de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto, as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial

quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país (GOMES, p 46, 2005).

Por essa razão foi produzido um catálogo denominado “**Usos da Lei 10.639 em sala de aula: sugestões de atividades para o Ensino e História Afro-Brasileira e para o Dia da Consciência Negra**”, relatando as atividades realizadas pelos alunos no projeto da escola sobre história e cultura afro-brasileira. A realização, levantamento e organização dessas atividades em um catálogo serviram como experiência empírica para a pesquisa, pois permitiu reflexão e a prática do tema no ensino.

Dessa forma, se queremos lutar contra o racismo, precisamos re-educar a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, às(aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo. Para isso, precisamos estudar, realizar pesquisas e compreender mais sobre a história da África e da cultura afro-brasileira e aprender a nos orgulhar da marcante, significativa e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como esta se faz presente na vida e na história de negros, índios, brancos e amarelos brasileiros (GOMES, p 49, 2005).

Este catálogo, portanto, tinha como um dos objetivos principais atender as demandas da Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Tais como:

Art. 26. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileiras.

Art. 79. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. (BRASIL, 2003).

Desse modo, o texto da lei, ao explicitar a importância da valorização das culturas não europeias que convivem no Brasil, oferece um caminho para o planejamento e ensino desses conteúdos pelos professores da educação básica, e é exatamente este objetivo que o catálogo pretende atender, visto que a obrigatoriedade de explicitar esses conteúdos na escola é fundamental para uma tomada de consciência por parte dos alunos, contribuindo para a formação de um cidadão crítico.

No entanto, para que os professores trabalhem essa temática desafiadora em sala de aula é necessário ter conhecimento de determinados conceitos, tais como políticas de reparação, memória, identidade e as questões e objetivos que estão relacionados a esses conceitos, para fazer uma escolha clara e consciente da forma que vai abordar o tema e as suas implicações históricas, políticas e sociais atualmente, pois: “todo(a) educador(a), ao trabalhar com a questão racial, deveria tomar conhecimento das lutas, demandas e conquistas do Movimento Negro” (GOMES, p 153, 2005) visto que “não podemos nos esquecer de que a inclusão da temática na escola brasileira e o reconhecimento a sua inclusão no currículo deve muito à atuação desse movimento” (GOMES, p 153, 2005). A implementação dessa lei nas escolas brasileiras é um resultado das lutas dos movimentos sociais e por isso essa trajetória também pode e deve ser trabalhada em sala de aula:

As ações dos movimentos sociais negros se voltaram para o incentivo à educação formal, entretanto muitos perceberam a reprodução do racismo no ensino e no seu caráter etnocêntrico, ou seja, a concepção de uma superioridade de uma cultura em relação a outras. Unidos dessa compreensão, os movimentos sociais negros passam a reivindicar junto ao Estado brasileiro o estudo da história e da cultura da África e dos afrodescendentes. A promulgação da Lei 10.639/2003 se consolida como o resultado de uma luta histórica dos movimentos sociais negros por uma educação que contemple a diversidade e a diferença (SANTOS, p 200, 2013).

Dessa forma a Lei 10.639 pode ser considerada uma política de reparação no campo da educação. As políticas de reparação no caso da escravidão negra no Brasil justificaram-se pela responsabilidade histórica do Estado em relação ao tráfico negreiro. As ações afirmativas derivadas dessas políticas têm por objetivo diminuir os danos causados aos descendentes de negros escravizados, a desigualdade social, e os preconceitos relacionados ao negro. A Lei 10.639 e as Diretrizes para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana constituem-se, então, como políticas de reparação vinculadas ao ensino, principalmente ao ensino de História, sendo a lei uma justificativa social e jurídica para a realização desta pesquisa, que tem por objetivo *a posteriori* produzir ações educativas aplicáveis em sala de aula, atendendo ao que está determinado na lei. De acordo com as diretrizes para educação das relações étnico-raciais:

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos de história e cultura afro-brasileiras e africanas. (...) Políticas de reparações e

de reconhecimento formarão programas de ações afirmativas, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. (...) Assim sendo, sistemas de ensino e estabelecimentos de diferentes níveis converterão as demandas dos afro-brasileiros em políticas públicas de Estado ou institucionais, ao tomarem decisões e iniciativas com vistas a reparações, reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à constituição de programas de ações afirmativas, medidas estas coerentes com um projeto de escola, de educação, de formação de cidadãos que explicitamente se esboçam nas relações pedagógicas cotidianas. Medidas que, convêm, sejam compartilhadas pelos sistemas de ensino, estabelecimentos, processos de formação de professores, comunidade, professores, alunos e seus pais. (BRASIL, 2004).

Por esses motivos o catálogo foi organizado com a explicação da atividade, significado da atividade e justificativa da atividade, baseada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e no final contou com um glossário sobre alguns conceitos que envolvem o ensino de história e cultura afro-brasileira, tais como: políticas de reparação, remanescentes de quilombo, memória e história, identidade, racismo, ações afirmativas, demandas que estão presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

A promulgação da Lei e a aprovação das Diretrizes mostram que tais medidas se voltam para a realização de uma (re)educação das relações étnico-raciais brasileiras, visto que elas operam historicamente marcadas por relações desiguais e discriminatórias. A educação das relações étnico-raciais é uma relação de ensino e aprendizagem que perpassa as relações entre brancos e negros, sendo, por isso, plural ao considerar outras etnias e grupos de pertencimento. Destaca-se a dimensão da multiplicidade das relações étnico-raciais, a importância de posturas e identidades positivas, um pertencimento racial ressignificado. Essa concepção de educar para as relações étnico-raciais traz questionamentos e propostas de reformulação no interior das escolas e dos currículos e nas práticas de educadores (SANTOS, p 201, 2013).

Apesar dos obstáculos, foi o que esse projeto se propôs a fazer, por meio de atividades que contemplassem diferentes dimensões do processo educacional, como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras e que valorizassem a cultura negra como forma de tomada de consciência para eliminação de práticas racistas. “Trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar” (GOMES, p 147, 2005).

Dessa perspectiva, é fundamental o ensino de temas africanos, considerados não apenas pelos seus aspectos negativos, largamente divulgados pela imprensa e pelas mídias oficiais, mas sim pelo que podemos chamar de aspectos positivos, ou seja, as características culturais e formas de organização social e política próprias, os processos históricos tanto internos quanto pertinentes à sua relação com outros continentes (SOUZA, p 23, 2013).

Capítulo II: história local no ensino de História - resumo da história Magé e a dinâmica da escravidão.

Este capítulo faz um breve resumo da inserção de Magé na história do Brasil. Antes da chegada dos colonizadores as terras da Mata Atlântica da região, eram provavelmente habitadas por índios tupinambás e tamoios. Acredita-se que o primeiro contato com os colonizadores já tivesse ocorrido nas primeiras expedições, como de Martim Afonso de Souza, André Gonçalves e Pedro Góes da Silveira. No entanto, oficialmente o primeiro português que chegou a região foi Simão da Motta, por volta de 1565, pois ele recebeu pelo Governador-Geral Mem de Sá, durante a campanha de expulsão dos franceses, uma sesmaria, em reconhecimento aos serviços prestados a Coroa, seus domínios iam seiscentas braças de terra ao longo da água e 100 braças pela terra adentro, no rio Magépe (FIGUEIREDO, 2006). A origem do núcleo primitivo de Magé encontra-se nas terras do Morro da Piedade, para onde, Simão da Mota mudou-se levando consigo escravos, família e alguns amigos.

No entanto a responsabilidade pela formação do núcleo fundamental de ocupação que deu origem a Magé atribui-se ao português Cristovão de Barros. Após sua chegada no Rio de Janeiro, regresso da Bahia, ele solicitou uma sesmaria e a recebeu oficialmente em 12 de outubro de 1566, suas terras possuíam 4.500 braças ao longo da água e 75.000 para o sertão de Magépe, sendo uma doação de terra muito extensa. De certa forma a distribuição das sesmarias estava vinculada ao surgimento dos primeiros engenhos, assim, no entorno do rio Magépe e perto do Morro da Piedade, Cristovão de Barros instalou um engenho de cana-de-açúcar, que foi desenvolvendo-se e abarcando novas áreas para absorver esse crescimento e tornando-se um dos mais importantes do período. Desse modo ocorreu ocupação da maioria das regiões localizadas no entorno da Baía de Guanabara, vinculadas de alguma forma a monocultura canavieira, pois, além do solo fértil da região e da introdução do trabalho escravo, através das suas águas fazia-se o escoamento do açúcar.

A região correspondente ao atual território do Município de Magé situava-se, então, totalmente inserida na realidade mercantilista da época, realizando-se em suas terras, divididas em sesmarias, a monocultura. A partir de então, nota-se a consolidação do domínio sobre o meio natural através do aparecimento das Freguesias, cujas criações provinham das iniciativas dos latifundiários em doar “algumas braças de terra para a construção de uma capela”, para que a mesma servisse à população da sua propriedade [...]. No final do século XVII (1696) o povoado surgido nas imediações da igreja velha de Nossa Senhora da Piedade (1650) originou a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe. A ela, somou-se dois anos mais tarde (1698)

a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim. (LEMOS, 1999, p. 10).

A produção da cana e o estabelecimento de engenhos foram responsáveis pelo surgimento dos primeiros núcleos populacionais e do desenvolvimento das regiões da baixada. As construções eram instaladas nos altos dos morros e cobriam um vasto território cultivado com cana e mandioca, onde funcionavam além dos engenhos uma rede de igrejas e matrizes com suas respectivas filias.

A história das vilas do Recôncavo não pode ser compreendida senão num contexto que englobe o processo de desenvolvimento do sistema agrário explorador: supriam o Rio de Janeiro de gêneros básicos e mantinham portos fluviais que intermediavam as mercadorias do interior para a cidade e viceversa, e produziam o principal produto de exportação, o açúcar. [...]. A inserção da cultura da cana-de-açúcar, com o estabelecimento de unidades produtivas, engendrou o surgimento de núcleos que viriam, posteriormente, a transformar-se em cidades. Esses núcleos fundaram-se na necessidade do transporte da produção agrária e açucareira para o mercado consumidor do Rio de Janeiro. Dessa forma, enquanto os engenhos buscavam áreas menos alagáveis, onde pudessem plantar os canaviais e as culturas de suporte, as cidades desenvolveram-se nas imediações dos portos fluviais, drenando para si a produção dos mesmos. (FUNDREM, p 18, 1984).

Desta forma desenvolveu-se também uma rede de transportes, que foi intensificada após a descoberta do ouro, especialmente em Magé, onde se iniciou um processo de abertura de estradas que ligassem o Rio de Janeiro a Minas Gerais, sendo construído o Porto da Estrela, um dos mais importantes do período, depois do Porto do Rio de Janeiro. Com a descoberta do ouro em Minas Gerais e a intensificação de sua importância no cenário nacional houve o deslocamento do centro econômico do nordeste (Pernambuco e Bahia - principais regiões produtoras de açúcar) para o sudeste (Minas Gerais - a mais importante reserva do minério e Rio de Janeiro - principal porto de envio de ouro para a metrópole), inclusive com a transferência, em 1763, da capital de Salvador para o Rio de Janeiro.

Esse contexto gerou mudanças na estrutura política e econômica do Brasil colonial, e Magé ganhou nova importância, pois pelo seu território passavam alguns dos principais caminhos que ligavam Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Eram eles: o Caminho de Guaianazes, Caminho Velho ou ainda Caminho Velho do Ouro, aberto em meados do século XVII; Caminho Novo, Caminho do Pilar, Caminho do Garcia Paes, Caminho Couto, Caminho do Aguassu ou Goassu, Caminho da Estrada Real ou ainda Garcia Paes do porto do pilar, aberto no início do século XVIII (1700 a 1704) pelo proprietário de terras, estabelecido às margens do Rio Paraíba do Sul e o Caminho do

Proença, Caminho das Pedras, Caminho Inhomirim, Variante do Proença ou da Estrela, ou ainda Variante do Caminho Novo, aberto por Bernardo Proença na segunda década do século XVIII (entre os anos de 1720 a 1725).

A partir do afluxo populacional gerado pela descoberta do ouro no interior, vão surgindo nas imediações das fazendas, engenhos, igrejas e pequenos povoados, acompanhados de todo um aparato político e administrativo para controlar a passagem do ouro, localizados entre Minas e Rio. Assim, em 1755, a região de Magé, foi reconhecida como freguesia com o nome de Guia de Pacobaíba. Nesta época toda a região dos atuais municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Guapimirim, Petrópolis, Teresópolis, Sapucaia e Paraíba do Sul faziam parte de Magé.

Além disso, a proximidade com a cidade do Rio de Janeiro vinculava a produção mageense, na segunda metade do século XIX, ao consumo da Corte, gerando conseqüentemente alto grau de mercantilização e especialização da mesma. Grau de mercantilização que permitia uma acumulação de capitais, geradora, como sua principal conseqüência, de senhores de escravos com planteis expressivos. . (SAMPAIO, 1994, p. 12)

O que vale destacar, portanto, é que Magé desde sua origem exerceu um papel de abastecedor de produtos para o Rio de Janeiro e era local de passagem na dinâmica econômica desde o começo da colonização até o Império. Sendo assim, era lógica também sua participação na estrutura do sistema escravista. De acordo com Sampaio:

Magé chegou a segunda metade do século XIX orgulhosa de seu sistema escravista. Índices como a concentração de escravos nos grande plantéis, o grande número de africanos no total de escravos, e o fato de que a maioria destes era composta por homens em idades produtivas deixavam evidente a existência de um escravismo não só enraizado como poderoso, vinculado ao tráfico atlântico e comparável ao de regiões agroexportadoras. Todo este poderio tinha sua origem, como sabemos, numa economia extremamente mercantilizada e voltada para o abastecimento da Corte. O fim do tráfico negreiro, porém, mudou radicalmente os termos da equação (...) Para Magé tal fato representou a perda constante de seus melhores escravos (homens em idade produtiva) para outras áreas como resultado da valorização sofrida por estes e também porque a produção de alimentos adaptava-se bem ao trabalho feminino. (SAMPAIO, p163, 1994).

Ainda segundo Sampaio a escravidão mageense apresentou características bastante originais se comparada a outras áreas escravistas, segundo o autor essas características podem ser analisadas por dois eixos diferentes:

O primeiro refere-se a participação do escravo enquanto agente histórico, que em suas ações concretas redefinia o sistema escravista. Paradoxalmente ao reproduzir-se o escravo mageense acabava por alargar os limites desse mesmo sistema que o oprimia. O segundo eixo é de atuação do senhor. Este, ao lutar, até o limite não só de suas forças, mas daquelas do próprio escravismo, deixou claro que seu interesse era não só manter a escravidão como a própria estrutura social excludente sobre a qual ela se sustentava. (SAMPAIO, 1994, p.166).

Acreditamos que a formação do quilombo Maria Conga tenha surgido nesse contexto, ou melhor, como forma de resistência a esse contexto histórico. Apesar dessa hipótese, não tivemos aqui o objetivo de estudar a fundo a história de Magé e as características da escravidão em Magé⁵, pois isso exigiria outra pesquisa, mas sim de fazer um breve resumo das origens da cidade e de seu papel econômico durante a colônia até o império, pois o que nos importa aqui é compreender o surgimento da cidade para contextualizar a história local no ensino de história, visto que livro produzido sobre a história de Maria Conga tem como pano de fundo a história de Magé, sendo esses pontos abordados em aula. Em outras palavras este capítulo teve o objetivo de ressaltar a importância da história local no ensino de História.

⁵ Para saber mais sobre as características da escravidão em Magé procurar: Magé na crise do escravismo-Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888). Dissertação de Mestrado apresentada a pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1994. Antônio Carlos Jucá de Sampaio.

Capítulo III: Quilombo Maria Conga - memória local e ensino de história.

Este capítulo faz um levantamento da história do quilombo Maria Conga e destaca o potencial dessa memória como objeto de pesquisa para o ensino de história. As leituras sobre os conceitos de memória e as pesquisas sobre a cidade de Magé e sobre o quilombo Maria Conga serviram como fonte para a escrita desse capítulo, além da entrevista com a líder quilombola Ivone Bernardo sobre as memórias da Maria Conga. Ivone Bernardo nascida e criada no Maria Conga é líder da comunidade e pesquisadora da história de Maria Conga, Além de ser ativista do movimento negro e quilombola é também a atual presidente da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ), que luta pela garantia de direitos das comunidades quilombolas.

As comunidades quilombolas no Brasil são múltiplas e variadas e se encontram distribuídas em todo o território nacional. Em algumas regiões elas são mais numerosas e em outras não. Há comunidades que ficam no campo (rurais) e outras que ficam nas cidades (urbanas); que se constituem por meio de fortes laços de parentesco e herança familiar ou não; que receberam as terras como doação e que se organizaram coletivamente e adquiriram a terra. (Brasília, p 11, 2011).

A comunidade quilombola de Maria Conga é descrita pelo Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil da seguinte forma:

Identificada e reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2007, a comunidade que se identifica como Remanescente de Quilombo Maria Conga forma um bairro bem próximo ao centro de Magé, cidade localizada no fundo da Baía da Guanabara. Registros oficiais da prefeitura reconhecem a importância histórica do local para o município, pois Maria Conga, que teria chegado ao Brasil no início do século XIX e fundado ali uma comunidade de fugitivos, representa a luta pela liberdade dos africanos e seus descendentes. Ao longo do século XIX, a região do Recôncavo da Guanabara foi marcada pela presença de muitos quilombolas que mantinham intensa relação com escravos de plantações, taberneiros e remadores de cidades próximas, formando uma complexa rede social de apoio a fugas. (ABREU, 2013, p. 85).

Segundo as memórias dos quilombolas Maria Conga ou Maria do Congo nasceu na África em 1792 e veio para o Brasil junto com a família no início do século XIX, por volta do ano de 1804, separada dos pais e dos irmãos foi vendida para um senhor de engenho em Salvador e batizada com o nome de Maria da Conceição.

Negras meninas e também de mais idade no Novo Mundo recebiam de imediato nomes cristãos, de preferência Maria, evidenciando complexa e promíscua relação entre religiosidade e exploração humana. Contudo, muitas

mantiveram e preservaram seus nomes de origem, parte significativa de suas identidades étnicas e religiosas. Assim, “Maria”, entendido como “apelido de terra de brancos” acabava por configurar-se apenas nas relações com os opressores. Situação semelhante ocorreu com a prática religiosa, que muitas vezes para a preservação de suas crenças e ritos de matriz africanos/as, usaram estratégias que ajudaram a dar origem ao sincretismo religioso de nossa terra. (BARBOSA; SCHUMAHER, p 25, 2010).

Aos 18 anos, foi vendida e chegou a Magé pelo porto de Piedade no ano de 1810. Com 24 anos, foi vendida novamente, desta vez, para o conde alemão Ferndy Von Scoilder. Maria Conga ganhou liberdade 11 anos depois, a partir de sua alforria, aos 35 anos, Maria iniciou sua trajetória como liderança do quilombo recebendo escravos fugidos de diversas comunidades. Vale destacar que “é expressiva a participação feminina negra, na organização ou nos levantes dos grupos de escravizados contra os dominadores portugueses, bem como nas revoltas populares surgidas nas diferentes regiões do país”. (BARBOSA; SCHUMAHER, p 25, 2010). Maria Conga morreu no final do século XIX e teria sido sepultada na Igreja Nossa Senhora de Inhomirim em Bongaba, Magé.

Os negros que viviam na região de Magé foram, em sua maioria, africanos e crioulos (descendentes de africanos nascidos no Brasil) que resistiram à condição de escravização aquilombando-se nas matas da região que hoje é parte da Baixada Fluminense.

Isso exige retomarmos o fato de que os quilombolas, majoritariamente africanos e descendentes, ressignificaram seu papel como comunidades resistentes ao escravismo brasileiro, o que não impediu a presença no interior do espaço quilombola de pessoas como desertores e perseguidos. Ou ainda, “índios, perseguidos, mulatos, curibocas, pessoas perseguidas pela polícia, bandoleiros, devedores do fisco, fugitivos do serviço militar, mulheres sem profissão, brancos e prostitutas” (Munanga, 2004, p.34), cujos registros de participação em muitas comunidades quilombolas apontam formas de socialibilidade entre esses grupos que escapavam à hierarquia social (SANTOS, p 204, 2013).

As terras em que viviam os negros dos tempos de Maria Conga foram reconhecidas pela Fundação Palmares como comunidade Remanescente de Quilombo, constituindo o atual Quilombo Maria Conga, que faz parte da Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj). Atualmente esta comunidade, habitada por uma população majoritariamente negra, é a única comunidade quilombola reconhecida na Baixada Fluminense e apesar da importância histórica, a comunidade é hoje uma das regiões do município de Magé menos favorecidas e sofre com sucessivas invasões. Fato que se observa no depoimento da quilombola Ivone Bernardo:

Então, a gente já teve muita invasão hoje em dia. Hoje estão querendo preservar o local onde ela lavava roupa que é a biquinha. A mata já está sendo, ontem mesmo eu estive no Rio falando sobre isso, a mata já está sendo, estão fazendo casa na mata, entendeu? Estão vendendo os lotes lá. Assim, a gente queria preservar pelo menos pra não esquecer, pra não acabar com tudo, pelo menos a mata, a biquinha, a biquinha porque já tem morador lá que tá fazendo, fez uma cisterna e já acabou até com a nascente, fez uma cisterna na nascente, vão fazer minha casa minha vida lá, eles fizeram um prédio lá, eles fizeram e acharam muitas correntes jogadas e jogaram fora porque não conhecia a história nossa e assim a gente só ta perdendo mesmo a valorização da história. Agora o município hoje já tem mais conhecimento da história de Maria Conga, até porque a gente ta trabalhando muito em cima disso. A gente ta tentando ver se faz um busto da Maria Conga, a gente tá desde o ano passado tentando ver se a gente consegue junto com o prefeito. É o prefeito fala muito nas palestras dele de Maria Conga, mas assim a gente precisa de mais, de mais visibilidade na comunidade. A comunidade não dá muito e a comunidade quem mora na comunidade, pessoas, os remanescentes tem pouco, mas os que moram lá, porque a invasão foi muita, eles falam e conhecem, sabem que moram numa comunidade remanescente de quilombo, entendeu. Só que muitos não gostam de falar porque sabem que se a gente for reivindicar o território todo nós vamos ter, eles vão ter que perder as suas residências, não perder né, mas vão ter que sair, porque perder não perde porque é indenizado, mas vai ter que sair. Hoje e ontem mesmo a gente teve uma conversa com o INCRA, nós pedimos que o INCRA identifique todas as comunidades que estão com o processo aberto, todas que são reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares coloque uma placa informando que ali é uma comunidade remanescente de quilombo e que está com o processo em andamento no INCRA, para que as pessoas parem de invadir, parem de desmatar, porque estão desmatando tudo e a gente cansa de falar, aí vai o meio ambiente lá para hoje, mas amanhã já começa tudo de novo e não é só em Maria Conga, todas as comunidades do estado do Rio de Janeiro estão com problema de especulação imobiliária, ta assim demais, entendeu? Mas aí a gente ontem decidiu isso, agora vamos ver como é que vai ser, se vai dar uma inibiçõzinha pra eles, se vai inibir um pouco”.

Além disso, atualmente é uma comunidade que passa por dificuldades em termos de desenvolvimento urbano e habitacional, e apesar da sua importância histórica alguns moradores desconhecem a história, como se percebe no trecho a seguir:

— Não temos água encanada, saneamento básico, escola ou asfalto. Em pleno século 21, continuamos num quilombo — desabafa o montador José Carlos Marinho da Conceição, de 50 anos, sintetizando uma ideia comum entre as 180 famílias do Maria Conga. Tataraneta de Dona Candinha, moradora que conheceu a escrava Maria Conga, Michelle Franco, de 30 anos, lamenta que nem a importância histórica teve forças para fazer o bairro se desenvolver. — Não adianta falarmos que estamos num lugar histórico, se falta tudo por aqui — diz Michelle. Certificado em 2007 pelo Ministério da Cultura, o Maria Conga é um dos 24 reconhecidos no Rio de Janeiro. Porém, pouco conserva da história dos antepassados. A vertente onde a escrava lavava roupas, por exemplo, está escondida na mata de um terreno alugado por Rosiele Ribeiro, de 30 anos, que nasceu no Maria Conga. — Vi a placa do sítio e, só então, descobri que eu estava num quilombola — revela, orgulhosa. (Jornal Extra 19/11/2011).

Trata-se de um quilombo que surgiu a partir da fuga dos escravos, que tinha a liderança de uma mulher negra e que tem na sua história e memória uma justificativa de importância e também um instrumento de luta dos quilombolas do Maria Conga pela melhoria das condições de vida no quilombo. Como se observa no depoimento a seguir:

A gente costuma dizer assim que Maria Conga ela é uma mulher guerreira, foi uma mulher muito guerreira. Não é reconhecida né, assim, nacionalmente, mas assim nós temos hoje uma mulher negra que é conhecida como Teresa de Benguela que é do quilombo de Piolhos no Maranhão, nós temos no dia 25 de julho dia da Teresa de Benguela e da mulher negra por conta da história da comunidade de Piolhos e assim, a gente deveria ter também um marco em Magé, porque Magé reconheceu no centenário da Lei Áurea, Maria Conga como heroína de Magé. Ela foi reconhecida como, a prefeita na época proclamou a Maria Conga como heroína de Magé, porque heroína de Magé, porque ela lutou muito pra sobreviver até morrer de velhice. Agora a gente vê vários homens que são aí, que estão aí na história, que foram capturados como Manuel Congo, foram assassinados como Zumbi dos Palmares e a mulher negra que lutou pelo seu direito, pelo direito do negro, pelo direito dos quilombos, pela comunidade num todo, que viveu fugindo se escondendo pela mata? Porque hoje se você for na comunidade Maria Conga, a comunidade foi totalmente invadida, totalmente descaracterizada. Que as pessoas que foram pra lá descaracterizaram a comunidade, entendeu. Até porque não tinha consciência de que ali era um quilombo, uma comunidade remanescente de quilombo. Mas assim, muitos tinham vergonha, medo de dizer que era quilombola por conta daquilo que já sofreram seus antepassados, seus avós, bisavós. Mas ela foi uma mulher muito guerreira. E que assim muitas pessoas não conhecem ainda, o próprio município, algumas pessoas moradoras do município não conhecem. Hoje a gente tá tentando através da coordenadoria, através do movimento quilombola, através do movimento negro, a gente tá tentando dá visibilidade ao nome de Maria Conga, porque ela era pra ser lembrada sempre, até mesmo nacionalmente. Porque ela é uma mulher que lutou muito pelos direitos e assim viveu a vida toda procurando sua família e não encontrou e morreu sem encontrar sua família, mas morreu de velhice. Então, é uma mulher guerreira”.

O que é interessante no caso do Maria Conga é que a memória dos quilombolas está relacionada também a luta pelo reconhecimento da importância da mulher negra na história. Fica nítido que memória para os quilombolas é sempre um instrumento político não só de garantia de manutenção nas suas terras, das tradições e formas de viver, mas também de qualquer outro tipo de luta que venham a enfrentar.

Com base nessa proposição, comunidades de todo o Brasil vêm buscando o reconhecimento como quilombolas. Com ressalvas ao termo ‘remanescentes’, alvo de discussões e embates, cabe ao grupo considerar-se ‘quilombola’ e se autodefinir como tal, traçando seu percurso histórico, cultural e étnico. De acordo com a legislação, ser remanescente de quilombo está diretamente associado ao uso que se faz das ‘terras de preto’ e ao processo histórico-cultural que alicerça o grupo. Como várias comunidades ainda se encontram em processo de reconhecimento, salientamos que o que se observa – além do reconhecimento ou titulação de cunho legal – é o interior desses espaços, denominando-os indistintamente como comunidades quilombolas, e seus habitantes, como quilombolas. Embora conscientes de seu processo dinâmico de formação e das várias interferências culturais a que estão atreladas, dedicamos maior atenção à relação que essas comunidades constroem com

uma ancestralidade africana, sua cultura, história e diálogo com o presente (SANTOS, p 206, 2013).

A ancestralidade no caso deste quilombo está relacionada a figura da Maria Conga. No que se refere ao ensino de história, durante muito tempo nos livros didáticos estava presente somente a concepção mais tradicional do quilombo como local de fuga e resistência dos escravos no passado, tendo como referência o Quilombo dos Palmares. No entanto:

Os quilombos, enquanto territórios culturais, oferecem a possibilidade de diferentes leituras – afetivas, políticas, geográficas e outras. Os quilombos como espaços únicos que abrigam um expressivo número de negros e famílias negras que, há mais de um século, vivem de forma comunitária, defendendo os mesmos objetivos, em processo de relativo isolamento, portanto, sem a atenção e intervenção direta da sociedade branca dominante. Nesses territórios a prática coletiva transparece nas ações cotidianas de forma expressiva, desde a infância. (OLIVEIRA, p 248, 2003).

O quilombo, portanto, é um espaço de compartilhamento de valores coletivos, mas a concepção historicamente mais tradicional diz respeito ao quilombo como local de fuga, tal qual é definido a seguir:

Nem sempre os escravos, africanos ou crioulos, aceitaram se integrar à sociedade escravista brasileira, enquadrando-se em algum tipo de relação com seus senhores. Também várias as formas de resistir à escravidão que encontraram, seja negando-a totalmente pela fuga, seja negociando melhores condições de vida e trabalho. (...) Fugir era o recurso mais radical que os escravos tinham para escapar da servidão. E eram muitos que fugiam. Para os sertões, se embrenhando nos matos, ou para os arredores das cidades, se escondendo em lugares de difícil acesso. Fugiam juntos ou sozinhos, seguindo um plano ou aproveitando uma oportunidade inesperada. Os agrupamentos de escravos fugidos eram chamados de quilombos, e podiam ter algumas pessoas, dezenas, centenas ou até milhares de pessoas. (SOUZA, p.97, 2010).

Entretanto, atualmente, o conceito não abrange somente o quilombo como local de fuga de escravos. De acordo com as Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola entende-se por quilombos:

I -os grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica;
II -comunidades rurais e urbanas que:a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições; b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória.
III -comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns, possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros. (2012. p.4).

O critério para esta definição passa a ser o da auto-atribuição, isto provoca uma redefinição no significado do quilombo, não precisando ser um quilombo no sentido estrito de local de fuga de escravos, mas precisa estar ligado ao reconhecimento da identidade. Como o critério é a auto-atribuição, a definição do quilombo tem a ver também com um dever de memória para o seu reconhecimento como quilombola, ou seja, a comunidade reconstrói seu passado e a partir dessa reconstrução constitui-se uma identidade coletiva. De acordo com Mattos:

Foi rompendo com o princípio do silêncio que emergiram as “terras de preto”. Colonos e posseiros em luta pela terra ameaçada pelos processos de modernização do século XX, ao identificarem-se primeiro como “pretos” e depois como “quilombolas”, tornaram-se sujeitos políticos coletivos. As metamorfoses sociais possíveis a tais atores estiveram, entretanto, firmemente ancoradas na associação entre identidade camponesa e memória do cativo, seja como reminiscência familiar ou estigma. Como descendentes de escravos, reivindicam políticas de reparação do estado brasileiro. (MATTOS, p111, 2006).

A Constituição garante a titulação das terras aos remanescentes de quilombo de todo Brasil. O artigo 68 da Constituição Federal de 1988 define:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (BRASIL, 1988).

O decreto 4887 de 2003 regula o artigo 68. Segundo este decreto:

a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade”, entendendo-as como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Sendo assim, para o Estado reconhecer o local como comunidade remanescente de quilombo, a própria comunidade tem que se identificar quilombola, portanto, está relacionada a memória e a identidade. Os quilombolas do Maria Conga se reconhecem com essa identidade e consideram Maria do Congo um símbolo feminino de luta e resistência negra e lutam pelo reconhecimento da memória e história local. Tal como se percebe no trecho da reportagem a seguir:

Para preservar a memória do quilombo Maria Conga, em Magé, um grupo de 15 moradores da região, descendentes de africanos escravizados no Brasil, decidiu produzir um documentário sobre a história do único assentamento de escravos da Baixada Fluminense reconhecido pelo Ministério da Cultura. No final do ano passado, eles participaram de uma oficina de cinema oferecida pela ONG Estimativa, que tem sido atuante na Baixada Fluminense no tema cultura afrobrasileira.— Tivemos medo de mexer no equipamento. Mas o desafio de contar a história dos nossos antepassados falou mais alto — recorda a coordenadora da Igualdade Racial de Magé e diretora do filme, Ivone Bernardo, de 49 anos. Ivone e os vizinhos entrevistaram os moradores

mais antigos e recuperaram fotos do Maria Conga em outras épocas. O filme foi apresentado à comunidade pela primeira vez no dia 1º deste mês. O CD com a cópia da obra é carregado com orgulho pelos moradores da região. Segundo os próprios realizadores do documentário, o momento de maior emoção ocorre quando é apresentado o cemitério de escravos, às margens do rio das Cabritas.— Lá estão enterrados aqueles que eram pegos fugindo para o quilombo de Maria Conga. Um triste fim — revela Sueli Lucio, de 56 anos, que atuou como microfonista no filme. (Jornal Extra10/11/2012).

Vale ressaltar que no caso do Maria Conga existe um conflito interno em relação a esse território e a essa identidade, pois como houve invasões sucessivas na comunidade, inclusive com a chegada da violência urbana, muitos moradores não são quilombolas, ficando a luta restrita a um número de moradores quilombolas, que possuem essa identidade. Por esse motivo recorreu-se, durante a pesquisa, aos conceitos de memória, lugares de memória, identidade e seus usos políticos. Em relação a identidades consideramos:

Identidade termo muito usado nos estudos sobre as pessoas vivendo em grupo, se refere a imagem que as pessoas têm de si próprias e que os outros têm delas. Os elementos fundamentais na elaboração de identidades são a língua que o povo fala, o lugar que vive, um passado comum, os valores em que todos acreditam, ou deveriam acreditar. As identidades de uma pessoa podem ser muitas e mudam ao longo de sua vida. Elas servem para que as pessoas se sintam parte de um grupo, com semelhanças entre si, e que se diferenciem das pessoas que fazem parte de outros grupos, com outras características. As identidades servem para que os membros de um grupo se identifiquem uns com os outros e para que os outros os identifiquem como membro de um grupo distinto. (SOUZA, 2010 p. 105).

De acordo com Mattos toda identidade historicamente construída tem de se apoiar em algum tipo de tradição ou de práticas culturais (2003, p.128). Ser quilombola está diretamente relacionado a possuir essa identidade “coletiva”. Entretanto, o conceito de quilombo é um campo em aberto e que está em disputa.

Há inúmeros processos históricos de ressemantização para designar as experiências de resistência à opressão dos negros no Brasil e em outros países. Entre eles há pluralidade de termos: quilombos, quilombolas, mocambos e comunidades remanescentes de quilombo são exemplos desse processo. A palavra, de acordo com o contexto histórico, tem apresentado significados diferentes, apontando transformações de ordem semântica e prática em sua utilização. Assim, estudar quilombos no século XVII remete a características diferentes do que encontraremos nos séculos XVIII e XIX. Distancia-se de nós a denominação atribuída aos quilombos como “refúgios de escravos fugidos”, mas, ao serem ressignificados, despontam noções sobre as formas de lutas contra as investidas de destruição dos quilombos e resistências solidárias. (SANTOS, p 205, 2013).

No livro didático “História, Sociedade e Cidadania” do qual faço uso em sala de aula, o termo quilombo é definido como agrupamentos de pessoas fugidas da

escravidão e uma das principais formas de resistência contra a escravidão (BOULOS, p 22, 2012.). Já o termo remanescente de quilombo é explicado da seguinte forma:

No Brasil de hoje ainda existem povoações habitadas pelos descendentes dos antigos quilombolas. Espalhadas por todo território nacional, essas comunidades são chamadas de remanescentes de quilombos. São mais de 80 mil pessoas vivendo de um jeito parecido com o de seus antepassados. Muitos habitantes das atuais comunidades quilombolas vêm travando uma luta árdua para reunir provas de que são descendentes de escravizados e de que as terras em que vivem lhe pertencem (BOULOS, 2012. p.22).

Essa definição didática vai ao encontro da definição teórica adotada na pesquisa. Consideramos quilombolas:

“grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”, cuja identidade se define por “uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados”. Nesse sentido, eles constituiriam “grupos étnicos”, isto é, “um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão”, segundo a definição de Fredrick Barth (ABA, 1994). Apesar desta escolha teórica, eles seriam caracterizados também por alguns traços substantivos, todos relativos à sua territorialidade, como o predomínio do uso comum e a utilização dessas áreas obedecendo à sazonalidade das suas atividades produtivas ou outras, “caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade” (ARRUTI, 2008, p.2).

Portanto, ser quilombola hoje tem relação com identidade e também com a luta pelo território.

Para os quilombolas, pensar em território é considerar um pedaço de terra como algo de uso de todos da comunidade (é uma terra de uso coletivo) e algo que faz parte deles mesmos, uma necessidade cultural e política da comunidade que está ligada ao direito que possuem de se distinguirem e se diferenciarem das outras comunidades e de decidirem seu próprio destino. Eles vivem em territórios que podemos chamar de **tradicionais**: “*Os territórios tradicionais são espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária(...)*”. (Artigo 3, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007). (Brasília, p 9, 2011).

Atualmente, os livros até tocam na questão dos remanescentes de quilombo, mas não dão conta de exemplos que podem estar mais próximos da realidade dos alunos e de problematizar a questão dos quilombos contemporâneos e das questões sociais que envolvem os quilombolas. Apesar do reconhecimento do quilombo de Maria Conga pela Fundação Palmares a questão da luta por território ainda está em debate dentro da própria comunidade, como se observa neste trecho da entrevista com a líder quilombola Ivone Bernardo:

“Olha só, o Maria Conga arquivou um pouco o processo, porque depois a gente vai abrir pra esclarecer mais a comunidade o que é uma titulação coletiva, porque nós quilombolas lutamos pela titulação coletiva, tem muitas, tem algumas comunidades, não são muitas que já tem a posse do território e assim aí não vai fazer a titulação coletiva porque já tem a posse do território, né, tipo uso capião, mas assim para isso a gente precisa que as comunidades quilombolas, o povo da comunidade fique bem esclarecido desse processo, porque eu abri o processo no Incra, e depois, logo depois eu pedi pra arquivar por esse motivo, porque fica o processo aberto lá e assim não adianta. Eu falei: eu posso pedir pra sair, pra desarquivar quando eu quiser, ele falou pode. Então por enquanto tá arquivado por esse motivo e a gente tá tentando fazer umas conversas pra ver as pessoas que querem a titulação coletiva na comunidade, e os que não quiserem, assim no momento está parado, eu pedi pra parar, porque a gente precisa esclarecer, conscientizar, entende? E a gente tá vendo também uma área, a gente tá vendo essas áreas aí, essas áreas que tá com esse problema de desmatamento, fazendo casa, o pessoal vendendo, aí a gente tá vendo, entendeu? Muitos quilombolas querem, mas muitos não, não entende”.

É necessário que as discussões que envolvem as lutas territoriais e questões identitárias não fiquem somente no âmbito político e acadêmico, mas cheguem também nas salas de aulas e no ensino de história, para que os professores possam fazer uma associação entre passado e presente, dando um sentido social e político para os conteúdos da disciplina, especialmente quando se trata de escravidão no Brasil e de outras questões relacionadas a população negra como racismo e desigualdade social. Daí a importância da pesquisa, visto que, de acordo com as diretrizes:

O ensino de *História Afro-Brasileira* abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (Exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro). Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade. (Brasil, 2004).

Sendo assim as ações educativas de combate ao racismo presentes nas diretrizes das relações étnico-raciais orientam que:

O ensino de *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas. (Brasil, 2004).

No caso da pesquisa à questão consiste em trabalhar esses pontos a partir da memória local, pois o estudo dos quilombos e os remanescentes de quilombo é uma maneira didática de trabalhar os conteúdos da disciplina relacionados à escravidão e as

demandas que estão presentes na Lei 10.639 sobre história afro-brasileira e nas diretrizes da educação para as relações étnico-raciais e nas diretrizes da educação escolar quilombola.

Em relação ao conceito de memória, Pierre Nora, na primeira parte do seu texto “Entre Memória e História - a problemática dos lugares” aborda a questão da aceleração da história, momento da história onde há uma consciência de ruptura com o passado que se confunde com uma memória fragmentada. Daí a existência de locais de memória. Esta aceleração também revela a distância entre a memória verdadeira, social, e a história que as sociedades fazem do passado, provocando uma ruptura entre adequação da memória e história. Sendo assim:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só acontece no relativo. (NORA, 1993, p. 9).

A História, então, é uma representação do passado que exige análise e discurso crítico, constituindo-se como uma ciência social. Já a memória é viva, está sempre mudando, por isso é sempre atual. De acordo com Nora a passagem da memória para história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua história, marginalizados da história oficial, obcecados em recuperarem suas próprias histórias e encontrarem suas origens. “O fim da história-memória multiplicou as memórias particulares que reclamam sua própria história” (NORA, 1993). Inaugura-se um novo regime de memória, onde é preciso ter vontade de memória:

A passagem da memória para história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não somente os

antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens. (NORA, 1993. p.17).

De acordo com Carretero apesar de tanto a história quanto a memória se referirem ao passado, a memória está ligada a experiência pessoal ou coletiva, os processos de lembranças e esquecimentos se apóiam em instrumentos que servem como mediadores ou roteiros destas lembranças. O ato de lembrar e esquecer estão ligados a este projeto de memória e esta seleção sempre se articula com o presente e com um projeto futuro, como acontece, por exemplo, com os quilombos, já que a luta por territórios está relacionada a um projeto futuro, legitimado por um passado comum.

A história se distingue da memória, pois pretende ser verdadeira se apoiando em evidências empíricas do passado, busca ativar lembranças esquecidas e dar conta de entendê-las. O estudo das mudanças que ocorreram no passado também é uma das características da história, estudar tais mudanças só é possível a partir de questões prévias geradas no presente. Logo, história e memória se encontram no que tange ao vínculo com o presente:

Os atos da lembrança sempre estão a serviço das ações do presente, são evocados para que se possa sentir, evocar, imaginar, desejar ou sentir-se impelido a fazer algo, aqui e agora, ou em um futuro mais ou menos próximo. O que importa é que a recordação sirva para propósitos da presente ação. A recordação é feita do que, em cada momento, se registra, inscreve-se o que se considera digno da memória, da lembrança futura. Por isso, a memória coletiva é feita também de esquecimentos; de esquecimento do que, em cada momento, não se considera digno de ser registrado; de esquecimento do que não é memorável, por ser irrelevante, doloroso ou incômodo. Assim, a respeito do sucedido ao mesmo tempo, alguns lembram (ou esquecem) algumas coisas e outros o fazem o mesmo, mas com coisas muito diferentes. Por isso, há disputas pela memória e inclusive combates pelo controle da memória coletiva. Essa dinâmica de recordações e esquecimentos faz com que a memória (pessoal ou coletiva) seja sempre dinâmica. (...) a memória é enganosa, mas graças à sua capacidade de esquecimento, a seu poder de maquiagem do passado, permite-nos imaginar futuros melhores. A história (...) mesmo que descreva situações passadas, seu objeto de estudo é a mudança e o tempo é a dimensão que o sustenta. (CARRETERO, 2007. p.19/20).

Este vínculo da história e da memória com o presente também fica nítido na luta por territórios quilombolas e também na construção da identidade coletiva. Já os lugares de memória são redes articuladas de identidades diferentes, uma organização inconsciente de memória coletiva que nos cabe tornar consciente. É necessário manter a memória em defesa das minorias, pois se vivêssemos verdadeiramente essas lembranças a preocupação em guardá-las seria inútil e se a história não se apoderasse dessa

memória não se tornariam lugares de memória. O lugar de memória é um recorte no tempo e no espaço com suas próprias significações. Fechado em si mesmo, que escapa da história.

Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou história; ao contrário. Mas o que o que os faz lugares de memória é o aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. *Templum*: recorte no indeterminado do profano – espaço ou tempo, de espaço e tempo – de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa. Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações. (NORA, 1993. p.17).

Para o desenvolvimento da pesquisa consideramos o quilombo Maria Conga como um lugar de memória. Logo, o estudo de um quilombo localizado na cidade de Magé aproxima os conteúdos da disciplina da história regional e local, e ao fazer uma relação entre história de um quilombo e ensino de história abre-se a possibilidade trabalhar com os alunos conceitos como identidade (identidade negra e identidade quilombola⁶) e memória, construindo um sentido político ao ensino de história a medida que podemos relacionar passado e presente a partir da memória local.

Existem alguns mitos e mistérios relacionados a Maria Conga e ao quilombo que reforçam o caráter oral e ancestral dessa memória como revela o depoimento da moradora:

“Lá era o local do cemitério dos escravos. Eu vinha pescar na beira desse rio, encontrei uma senhorinha, que pescava também, ela me contava sua história, que os escravos fugiam da Piedade para cá e vinham pelo rio das Cabritas até chegar aqui. Daqui eram pegos e muitos eram mortos e foram enterrados próximos. Aqui tinha um tronco, onde os feitor amarrava os escravos, e muitos conseguiam fugir e outros eram mortos e levavam para lá para ser enterrado no cemitério. Aqui é o cemitério onde eram enterrados os escravos fujão e os feitores enterrava, tinha uma cruz e os moleques perversos vieram e rancaram, ai só tem essa grama que não cresce, em volta tem mata, mas ao meio não tem mata, por que? Porque o mato não cresce”. Sueli Lucio da Silva- quilombola - documentário Orgulho de ser quilombola.

⁶ A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. Sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros e negras nos vários espaços – institucionais ou não – nos quais circulam, podemos concluir que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma. (GOMES, p 41, 2005).

Sendo assim, a partir do levantamento de fontes e de memórias próximas as realidades dos alunos é possível trabalhar não só questão da escravidão e da resistência nos quilombos, mas também as demandas de construção de memórias, ou seja, que as memórias não são dadas, mas vão se construindo ao longo do tempo e são frutos de uma seleção que possuem uma relação com o presente. No caso do Maria Conga essa memória é um instrumento político, usado a partir de uma justificativa histórica.

O grande desafio para estudantes e professores está na busca de tais fontes e documentos. Deve-se considerar que uma das possibilidades de 'releitura' concentra-se nas próprias fontes oriundas da história considerada tradicional. O trabalho com todo tipo de iconografia, mitos, diários de viagem, contos tradicionais, provérbios, filmografia e literatura pode ser ressignificado a partir da apresentação e discussão do conceito de quilombo para além do 'refúgio de escravos fugidos', aproximando os alunos de outra referência para os quilombolas. Tais possibilidades podem auxiliar o professor a trazer as experiências dos estudantes para a sala de aula. Embora esse discurso tenha se tornado lugar-comum na educação, só é possível pensar uma inter-relação com a dimensão quilombola ouvindo de fato o que essas pessoas têm a dizer sobre si mesmas e suas histórias, observando e registrando seu cotidiano e fazeres. É preciso considerar as experiências desses espaços e o que podem nos ensinar sobre formas de sociabilidade, saberes tradicionais e relações intergeracionais, entre outras experiências. (SANTOS, p 2011, 2013).

Existe uma vontade de memória por parte dos quilombolas e uma consciência da importância histórica desse quilombo como lugar de resistência e memória. A memória local está relacionada à identidade quilombola, que é uma identidade ligada também à ancestralidade e à oralidade, passada de pai para filho como forma de manter essa memória viva.

A partir do momento em que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola forem discutidas, finalizadas e homologadas pelo Ministro da Educação, os sistemas de ensino e os cursos de formação inicial e continuada de professores da Educação Básica de todo o país deverão cumprir com o dever e a responsabilidade de colocá-las em prática. Para isso deverão considerar vários aspectos da realidade dos povos quilombolas, tais como: o que se entende por quilombo, quilombo como território, as lutas da comunidade quilombola, a relação entre quilombos e trabalho, cultura e ancestralidade africana, os avanços e limites do direito dos quilombolas na legislação brasileira e a educação escolar quilombola. (Brasília, p 7, 2011).

Sendo assim o ensino da história e cultura afro-brasileira por meio da memória do Maria Conga é interessante também porque essa memória está vinculada a uma mulher negra como líder de um quilombo e sabemos que há uma vontade de memória atual, especialmente, por parte dos movimentos negros e feministas, de recuperar essas

histórias esquecidas⁷. Vale lembrar que no caso do Maria Conga essa reconstrução do passado está baseada na figura política e feminina da Maria Conga enquanto símbolo de resistência e líder do quilombo.

Nesta parte do trabalho tentou-se fazer, por meio da história do quilombo Maria Conga, uma relação entre identidade quilombola e vontade de memória como recurso didático que pode ser utilizada no ensino de história. Considerando também “o espaço do quilombo como local de recriação cultural de elementos africanos” (SANTOS, p 193, 2013).

No caso do projeto essa memória foi trabalhada a partir da exibição do documentário Orgulho de ser quilombola e através da entrevista que realizei com a líder quilombola Ivone Bernardo. Essa entrevista foi disponibilizada aos alunos para discutirmos a questão, pois a partir dos depoimentos dos moradores é possível trabalhar com os alunos não só questão da escravidão e da resistência nos quilombos, mas também as demandas de construção de memória. De acordo com os quilombolas:

“Maria Congo nasceu no continente africano, no ano de 1792, veio para o Brasil pilhada, junto com seus pais e irmãos por volta de 1804, ganhou a liberdade após 11 anos de trabalho e logo foi alforriada. Por volta do ano de 1854, aos 35 anos de idade, assumiu o compromisso de luta pela liberdade e de dignidade da sua raça. Dela ficou a lembrança de que nunca ninguém a viu chorar, contava que foi estuprada pelo senhor e que ele tinha tomado seu corpo, porém não a sua alma. Mulher de luta, mulher guerreira, Maria fez história no município de Magé, a partir de sua alforria Maria iniciou sua trajetória como liderança deste quilombo, recebendo aqui os escravos fugidos de diversas outras comunidades e fazendas, que já conheciam e ouviam falar da mulher que Maria era e representava para todos eles. Aqui Maria vivia com orgulho. Aqui a mulher negra, escrava, guerreira, alforriada protegia seus irmãos e os acolhia aqui morreu Maria”. Fonte documentário “Orgulho de ser quilombola”.

A vontade de memória dos moradores e a consciência da importância histórica desse quilombo como lugar de resistência e memória para a região da Baixada pode ser observada também na descrição abaixo:

“Este é o porto de Piedade onde chegou a escrava Maria do Congo. Maria que saiu do Congo, passou em Salvador, onde foi batizada com o nome de Maria da Conceição e logo após veio para o Rio de Janeiro, principalmente aqui em Magé, onde chegou em 1810. Este é o primeiro poço de água doce em Magé, onde os escravos eram abastecidos quando chegavam aqui no

⁷ De acordo com Amílcar Pereira uma característica importante do movimento negro contemporâneo, articulada diretamente à questão da importância da educação para a população negra, vista aqui como uma continuidade ao longo do processo de constituição do movimento ao longo do Século XX, é a reivindicação pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. (PEREIRA, 2011. p.38). O autor trata especificamente da questão do movimento negro, mas é interessante no o ensino de história poder fazer uma aproximação entre os dois movimentos (negros e quilombola).

município. E a Maria bebeu desta água. Essa é a saída aqui do túnel. Esta é a saída aqui do túnel que se inicia lá na Piedade, ao lado do poço né. Aqui dentro tem um grande salão onde os escravos ficavam para se esconder. E aqui eles saiam para caçar ou até mesmo para voltar pro porto”. Ezaquiel Ciqueira – quilombola

Em outro depoimento de uma moradora observa-se essa ênfase dada a Maria Conga como liderança:

“Esse aqui é o poço onde Maria Conga pegava água e lavava roupa, mas ela também não pegava água só aqui não, porque, poço, vocês sabem, que sempre a água é pouca, acaba, ela ia pra biquinha, que ficava logo ali na frente, por que antigamente, não só essa mata, ela morava não só aqui, mas como tudo isso aqui, essa comunidade toda de Maria Conga, era a comunidade que ela comandava, que ela liderava na época, ela e os escravos”
Ivone Mattos – quilombola.

Em relação à questão patrimonial consideramos o quilombo como lugar de memória e patrimônio cultural tal como é descrito no artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

[...] e §5º – Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”. (BRASIL,1988).

A Constituição de 1988 é um marco na política de patrimônio e a cultura, especificamente, a cultura popular e a cultura negra passam a ser uma ferramenta de luta social, quebrando a idéia de cultura única e o mito da democracia racial⁸. Em relação aos quilombos:

A posse de patrimônios culturais relativos à experiência da escravidão e à memória da África ou do tráfico, exemplos contundente da “resistência à opressão histórica sofrida”, fortaleceu as reivindicações e transformou-se em

⁸ A ideologia da “democracia racial brasileira” influenciou o pensamento social no Brasil e apregoava a inexistência de discriminação racial no país. O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial. Se seguirmos a lógica desse mito, ou seja, de que todas as raças e/ou etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio-racial e que tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil, poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas devem-se a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas. Dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas, simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais. Enquanto discurso, o mito da democracia racial, elege alguns negros “bem sucedidos” para reforçar sua lógica perversa. Sendo assim, é muito comum ouvirmos no Brasil (ou até mesmo proferirmos nós mesmos) que no Brasil não existe racismo e desigualdade racial, pois caso contrário alguns negros(as) nunca teriam ascendido socialmente (GOMES, p 57, 2005) .

moeda de legitimação do processo de demanda pela posse de territórios ocupados coletivamente por descendentes das últimas gerações de africanos trazidos como escravos ao Brasil. Todos eles, de uma forma geral, remanescentes de um campesinato negro formado no contexto da desagregação do escravismo no país, ao longo da segunda metade do século XIX” (ABREU, MATTOS, p. 5, 2011).

Portanto a reivindicação dos grupos pela valorização e reconhecimento do patrimônio é uma prática social. Deste modo, as políticas de patrimônio são políticas memoriais, tornando-se uma retórica de poder, na qual o direito ao passado e a cultura são também direitos políticos de reconhecimento, valorização da identidade e cultura negra na luta pela terra e na melhoria das condições destas comunidades. Nesse sentido o quilombo de Maria Conga pode ser considerado um patrimônio relacionado a história da escravidão e de resistência em Magé, um patrimônio que também é um testemunho histórico, mas que infelizmente, por diversas razões encontra-se esquecido.

Capítulo IV: Apresentação do livro Maria Conga – a Guerreira de Magé.

O capítulo tem por finalidade relatar o processo de produção do livro, que teve como foco a história do quilombo Maria Conga, para ser utilizado como recurso didático no ensino de História. O livro foi baseado no depoimento dado pela líder quilombola Ivone Bernardo na entrevista e abordou a origem do quilombo Maria Conga, a partir da memória dos quilombolas hoje, pois:

O diálogo com sujeitos até então silenciados, ou classificados na categoria coadjuvante ou figurativa, inverte a proposição do ensino denominado tradicional em história. A oralidade, muito presente em histórias, *causos*, lendas e cantos, traça a identidade dos habitantes em meio à diversidade e marca outra relação com o conhecimento, levando em consideração aquilo que ainda não foi padronizado ou estereotipado nos livros didáticos. (SANTOS, p 209 , 2013).

O livro é destinado aos alunos do oitavo ano do ensino fundamental, já que os conteúdos relacionados à escravidão são explicados nessa série de ensino de acordo com o currículo mínimo. Ao utilizar um lugar de memória, no caso o quilombo de Maria Conga, como objeto de ensino de história permitiu-se a reflexão das seguintes temáticas em sala de aula: história de Magé e seu papel na dinâmica da escravidão, especificando a História do Maria Conga e o quilombo enquanto patrimônio; o comércio de escravos e escravidão e quem eram os africanos trazidos para o Brasil; as relações sociais e as formas de resistência, especialmente a resistência das mulheres negras, enfatizando a questão de gênero, já que “a educação em história e sua metodologia passam invariavelmente pelas afirmações da diversidade, pelo olhar de contextos específicos e pela clareza com que os conteúdos são inscritos e se inscrevem no cotidiano em diálogo com o passado, perpassando pelas vozes e ações de vários sujeitos” (SANTOS, p 199, 2013). Por esses motivos o livro contou com um questionário de interpretação para os alunos sobre a estória do livro. O questionário encontra-se no anexo deste trabalho.

Outro fator relevante para a escolha desse quilombo, relacionando-o ao ensino de história deve-se ao fato do quilombo de Maria Conga, apesar de não ser uma comunidade exclusivamente de religião de matriz afro-brasileira, possui referências desta religião. De acordo com Ivone:

“Oh nós temos lá o centro espírita Maria Conga, que é de Marlene, que é o mais antigo da dentro da Maria Conga mesmo. Temos o centro espírita de Marly que é na entrada da Maria Conga. Temos quatro centros espírita, duas igrejas evangélicas e agora que a igreja católica tá vendo um terreno pra comprar e fazer uma igreja lá que é de São Miguel Arcanjo, que já faz até missa lá. Mas assim o que mais prevalece dentro da comunidade é assim a de matriz africana, que é a religião lá do centro dela, e vai muita gente de

fora pra se consultar com a entidade maior do centro que é a Maria Conga, de 15 em 15 dias ela faz consulta lá no centro”

Em outro trecho da entrevista Ivone comenta os problemas relacionados a intolerância religiosa na comunidade:

“Algumas pessoas que hoje evangélicos lá fala que a comunidade não anda por conta da Maria Conga, porque a gente fica botando esse nome, tinha que mudar, eu falo não, você não é morador daqui, nascido aqui, você é um forasteiro, veio pra cá, comprou casa aqui e tá aqui. Então se você não aceita a comunidade você se retira da comunidade e vai morar em outro lugar. Porque a comunidade ela vai avançar sim quando a gente tiver que avançar. Agora só que não por esse nome não, não é por isso não. eles acham porque Maria Conga vira uma entidade né, aí diz que não tinha que ter esse nome. É ignorância também, porque as pessoas tem que entender que ela foi uma pessoa, uma escrava, uma mulher, que morou na comunidade, que lutou pela comunidade. Ela não morou só, ela lutou pela comunidade”.

Este ponto foi debatido em sala de aula, visto que abordar as religiões de matriz afro-brasileiras é uma das dificuldades encontradas nas aulas de História, a medida que essas religiões sofrem de um preconceito histórico que, em muitos casos, é reproduzido pelos alunos, e muitas vezes, pelos professores.

Quando nos voltamos para os segmentos menos favorecidos, que frequentam as escolas públicas, nas quais as condições de trabalho são na maior parte das vezes bastante precárias, há uma variável importante que, conforme vários relatos, tem prejudicado a implantação do estudo de temas africanos e afro-brasileiros. Ela diz respeito à resistência, e mesmo oposição aberta, dos adeptos de religiões evangélicas quanto ao ensino de cultura afro-brasileira. São vários os depoimentos relativos à dificuldade de abordar assuntos relativos à religiosidade africana ou afro-brasileira na presença desses grupos, os quais se recusam a tratar do assunto, quando não partem para a ofensiva diante do que entendem serem seitas diabólicas. (SOUZA, p 20, 2013).

Maria Conga possui esta referência religiosa, mas vale ressaltar que nem toda comunidade quilombola é de religião de matriz afro-brasileira, mas desnaturalizar esses preconceitos, apesar da dificuldade, foi um dos fatores que motivaram a escolha do objeto de pesquisa, tendo em vista que:

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, **fazendo pouco das religiões de raiz africana**. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra (Brasil, 2004).

Além do fato de que ao estudarmos um quilombo que tem como símbolo de resistência uma liderança feminina, podemos discutir questões de gênero “articulando-se com a ação dos movimentos sociais negros contemporâneos, o que permite ao historiador em sala de aula construir analogias entre as formas de resistência atuais” (SANTOS, p 207, 2013), incluindo, nesse caso, os movimentos feministas e os movimentos feministas negros. De acordo com o depoimento de Ivone Bernardo:

Maria Conga não era um mito, era uma realidade e que ela nasceu no Congo, ela veio pilhada num navio negreiro da costa do Congo pra Magé, mas primeiro ela passou por Salvador, pela Bahia. Em Salvador ela foi batizada com o nome de Maria da Conceição e logo depois ela foi vendida novamente, ela chegou na Bahia com 9 anos de idade, depois ela foi adulta já vendida pra Magé, que chegou na Piedade, que também nós temos um quilombo que está em fase de reconhecimento na Piedade que é o quilombo do Feital, onde ela viveu por um tempo, que não foi por muito tempo, foi por meses e logo depois ela foi vendida para um senhor que é um conde alemão que comprou ela que morou aqui na fazenda do fundo do Saco, que hoje é um presídio agrícola. Então ela logo depois, ela ainda viveu por muitos anos ainda como escrava e com 35 anos de idade que ela recebeu a alforria dela e quando ela recebeu com 35 anos de idade ela não quis mais ficar na fazenda, ela quis viver a vida dela e foi aí que ela foi pra dentro da comunidade porque é vizinha, o bairro é vizinho e aí era uma mata fechada e ali ela fez a casa dela e ali ela protegia os escravos que fugiam e que conseguiam ir até ela. Então esses escravos eles nunca foram capturados na história que a gente ouve falar, mas que ela contava da vida dela, ela dava palestra pra eles, ela conversava, falava que ela foi uma escrava, que foi muito sofrida, que ela viveu a vida inteira procurando seus pais, seus irmãos porque quando ela chegou na Bahia que ela foi separada dos pais e dos irmãos e que ela foi estuprada várias vezes, mas que eles nunca conseguiram tomar a alma dela porque ela ensinava a eles a não ter vergonha de ser negro, não ter vergonha de dizer que era escravo, ela já fazia o que a gente faz hoje. Hoje mulheres, temos várias mulheres aí que lutam pela igualdade dos seus direitos, ela já fazia naquela época isso.

A partir desse depoimento e de trechos da entrevista a trajetória da Maria Conga foi discutida em aula. Um dos pontos que mais despertou o interesse dos alunos para o debate foi a questão do estupro e partir disso foi possível a explicação sobre o que é uma sociedade patriarcal, o que é o machismo, o que é a cultura machista e como a influência dessa cultura afeta as mulheres atualmente na sociedade brasileira. É claro que não foi um processo simples, na medida em que a maioria dos alunos possui valores machistas enraizados e por isso tocar neste tipo de assunto exige uma sensibilidade para explicitar os processos históricos e orientar os alunos a fazerem uma análise a partir desse processo e não só pela perspectiva do presente. Em relação a opressão das mulheres escravas:

Pesquisas históricas indicam que as representantes do sexo feminino, que começaram a ser traficadas a partir das últimas décadas do século XVI, se configuravam como contingente 20% inferior ao total masculino transportado, preferido por suas condições de maior resistência ao trabalho

necessário no cativeiro. Não é difícil imaginar que além dos maus-tratos físicos, da separação forçada de filhos, maridos e parentes, fossem elas, ainda, vítimas de toda sorte de abusos sexuais. (BARBOSA; SCHUMAHER, p 25, 2010).

Além disso, através de sua trajetória podem ser discutidas em aula as formas específicas de resistências das mulheres escravas, que tiveram na oralidade um instrumento de defesas na luta pela manutenção de suas práticas.

Se a prática de passar ensinamentos de uma geração à outra tem sido parte característica da cultura humana, entre as mulheres traficadas e aquelas posteriormente nascidas no país, reveste-se de especial importância, configurando-se como elo essencial na preservação das tradições, culturas e história negra. Conseguiram, através da oralidade e de suas práticas religiosas, conhecimentos ancestrais sobre ervas, passados de mães para filhas. A reinterpretação que muitas fizeram do catolicismo que lhes foi imposto, a influência indígena que receberam, as mandingas e pedidos de proteção ao corpo, pela saúde, para o amor, pelas dádivas da natureza sobreviveram ao tempo, e até hoje permanecem vivas nas comunidades quilombolas remanescentes. (BARBOSA; SCHUMAHER, p 27, 2010).

Através da leitura da entrevista em sala podemos também fazer um exercício de imaginação em relação a mudança de paisagem e como os processos históricos tem a ver com essas alterações no ambiente. Ponto que a princípio não era o objetivo da aula, mas que foi levantado devido a dinâmica da aula. Para discutir essa questão destacou-se o seguinte trecho:

“Na época era tudo a mesma coisa tudo Maria Conga. Hoje em dia não é mais, mas é ali na beira da pista, não tem, passa perto da onde você deu aula, não tem a ponte que divide Magé com Guapimirim, que tem a você de saúde, do lado, você atravessou a ponte, o primeiro caminho a direita, que tem uma cerca, que beira ainda uma vala, tem ainda uma vala, aquilo ali não era vala, aquilo ali era um rio, que é a água da Piedade que se encontra com o rio Guapi aqui, que ele passa lá por trás, antigamente esse rio ele vinha até o final da Maria Conga, entendeu? Hoje em dia secou, secou, mas ele passava ali por debaixo da ponte, era um rio direto. Hoje em dia tá tudo fechado, fizeram até calçamento em cima, mas esse rio vinha direto e passava por debaixo da Maria Conga. Hoje fizeram rua, mudou. Era tudo Maria Conga, era um bairro só. Agora é Vila Esperança, Maria Conga, que agora não é, antes era tudo Maria Conga. Agora é Vila Esperança e Várzea Alegre. Maria Conga continua sendo Maria Conga, só que lá não. Foram dividindo o bairro. Foram mudando os nomes, na época ainda era Maria Conga lá”.

Neste debate sobre mudanças de paisagens inclui-se também a descaracterização da paisagem, no caso do quilombo, relacionada a questão da invasão do território, a introdução da violência urbana, relacionada a pobreza e a desigualdade social, ou seja, mesmo em uma aula de história do ensino básico os próprios alunos podem construir análises sobre a sociedade com a orientação do professor. A questão da

violência foi destacada no seguinte trecho da entrevista: “Isso é uma outra luta que a o que agente tá tentando ver o que a gente faz, porque nossos jovens nós estamos perdendo tudo, perdemos pras drogas, perdemos por morte, quando não é assassinado é preso”. Realidade esta que, infelizmente, está muito próxima dos alunos e que por esse motivo também despertou o interesse deles para o tema, visto que a questão da violência atualmente é um dos maiores desafios que o professor tem que enfrentar no exercício de sua profissão.

Desse modo, trabalhar o Quilombo Maria Conga com os alunos configurou-se como uma ação educativa de aplicação da Lei 10.639, pois teve por intuito que os estudantes percebessem tanto as questões históricas da escravidão, tais como comércio de escravos e resistência, ressaltando a questão de gênero, quanto às desigualdades sociais enfrentadas pela população negra provenientes da adoção desse sistema de trabalho, além das questões de identidade quilombola, lutas políticas e influências culturais que envolvem a vivência quilombola, atendendo desse modo as diretrizes das relações étnico-raciais. Segundo estas diretrizes:

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros. Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual. (BRASIL, 2004).

A ação educativa no projeto está relacionada a valorização da história do quilombo como objeto de ensino de história e como fonte de reflexão para discutir racismo, visto que para princípios que norteiam as diretrizes “reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas” (Brasil, 2004).

Para atender a esse objetivo o livro foi produzido na prática de sala aula pelos próprios alunos com a minha orientação. Em primeiro lugar foi exibido o documentário

“*Orgulho de ser quilombola*”, após as aulas introdutórias sobre o tema escravidão. Depois foi proposto o desafio da produção livro para os alunos. Em um primeiro momento houve uma rejeição da proposta por considerarem muito difícil, mas após a explicação do o processo de produção e iniciamos a tarefa.

A turma que é composta por 13 alunos foi dividida em dois grupos, depois de transcrita e impressa foi apresentada a entrevista da líder quilombola Ivone Bernardo aos grupos. Foram discutidas as principais questões presentes nessa entrevista. Foram eles: a história de Maria Conga incluindo o mito sobre o cemitério e o documentário *Orgulho de ser quilombola*; a relação dos quilombolas com a comunidade do entorno; reconhecimento da comunidade; preconceito dentro da comunidade, especialmente preconceito e intolerância religiosa em relação as religiões de matriz africana , luta pela terra, violência e conflitos na comunidade; movimento negro e movimento quilombola, e manifestações culturais. Alguns destes pontos despertaram mais o interesse dos alunos do que outros, tais como questões religiosas e de violência (urbana e contra a mulher), talvez por serem temas que estão mais próximos da realidade dos alunos. É claro que discutir essas questões não é tarefa fácil e que exige certo jogo de cintura.

Os pontos foram debatidos a partir da leitura da transcrição entrevista da líder quilombola Ivone pelos grupos, visto que “as narrativas do grupo recuperam tradições que dialogam com o passado e o presente, com a história, trazendo elementos (categorias do saber histórico) como trabalho, terra, tempo, espaço, ocupação territorial, exploração capital, classe social, divisão de trabalho, gênero, relações raciais, cultura e sociedade”. (SANTOS, p 208, 2013). Deste modo, a apresentação da entrevista⁹ para os alunos também pode ser uma forma didática de falar sobre fontes históricas, mais especificamente, sobre história oral.

A partir desse embasamento teórico, apresentei aos alunos cópias dos contos do livro *Cumbe*¹⁰. Cada grupo ficou responsável por contar uma parte da história da Maria Conga. Um para contar sua fase escrava e a outro contando sua vida como líder quilombola, a partir dessa divisão cada grupo escolheu as imagens do livro *Cumbe* que serviriam para contar a história da Maria Conga e desenharam com papel manteiga. Depois das imagens prontas os grupos fizeram uma espécie de quadrinhos e me entregaram as falas que gostariam de colocar na história. Grande parte das falas foi

⁹ A entrevista na íntegra encontra-se em anexo.

¹⁰ O livro *Cumbe* conta por meio de quatro narrativas em formato de quadrinhos – Calunga, Sumidouro, Cumbe e Malungo histórias sobre a resistência negra e africana contra a escravidão.

retirada da entrevista. Após a entrega das imagens pelos grupos, as colagens foram digitalizadas e falas inseridas nos quadrinho, incluindo outras informações históricas necessárias¹¹. A produção do livro desde a introdução da matéria até a entrega dos certificados durou cerca de quatro aulas de dois tempos de 50 minutos, tempo usado para apresentação do tema, debate das questões e produção de material.

Após a organização do livro foi feita a ficha de interpretação, que foi inserida no livro, para ser usada em sala de aula. Depois do livro pronto todos os alunos receberam um certificado de participação, o que se mostrou muito positivo em termos de resultado e de elevação da auto-estima, pois os alunos demonstraram satisfação, mostraram o resultado do trabalho em outras turmas, que se interessaram e pediram para fazer algo parecido. Como o processo de produção do livro foi bastante artesanal pode ser repetido com outras turmas, inclusive podendo recorrer as contribuições dos professores de Artes e/ou Língua Portuguesa, constituindo-se em um projeto interdisciplinar também. Já em relação a relevância desse tipo de trabalho para o ensino de história, podemos considerar que:

A busca de fontes genuínas das Africanidades Brasileiras nos leva ao convívio com a comunidade negra, ao cultivo da memória da experiência de ser descendente de africanos no Brasil, ao intercâmbio com grupos do Movimento Negro, à familiaridade com obras de autores negros e também não negros, que permitam entender a realidade das relações étnicas em nosso país. (PETRONILHA, p 169, 2005).

Portanto, trabalhar com os alunos da educação básica a história e memória dos quilombos, especialmente os que estão mais próximos da realidade dos alunos configura-se também como uma ação de aplicação da Lei 10.639, pois têm por intuito que os estudantes percebam tanto as questões históricas da escravidão, tais como comércio de escravos e resistência, quanto às desigualdades sociais enfrentadas atualmente por grande parte da população negra provenientes da adoção desse sistema de trabalho, além das questões de identidade quilombola, lutas políticas e influências culturais que envolvem a vivência quilombola, atendendo desse modo as diretrizes das relações étnico-raciais e da educação quilombola, inserido a questão da educação escolar quilombola em outras escolas, que não atendem estudantes quilombolas. Segundo as diretrizes da Educação Escolar Quilombola as suas práticas e ações político-pedagógicas são regidas pelos seguintes princípios:

¹¹ As colagens estão em anexo.

I -direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade; II -direito à educação pública, gratuita e de qualidade; III -respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional; IV -proteção das manifestações da cultura afro-brasileira; V -valorização da diversidade étnico-racial; VI -promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação; VII -garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social das comunidades quilombolas; VIII -reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais; XIX conhecimento dos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas; X -direito ao etnodesenvolvimento entendido como modelo de desenvolvimento alternativo que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida; XI -superação do racismo—institucional, ambiental, alimentar, entre outros –e a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação racial; XII -respeito à diversidade religiosa, ambiental e sexual; XV -superação de toda e qualquer prática de sexismo, machismo, homofobia, lesbofobia e transfobia ; XVI -reconhecimento e respeito da história dos quilombos, dos espaços e dos tempos nos quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos quilombolas aprendem e se educam; XVII -direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade; XVIII -trabalho como princípio educativo das ações didático-pedagógicas da escola; XIX -valorização das ações de cooperação e de solidariedade presentes na história das comunidades quilombolas, a fim de contribuir para o fortalecimento das redes de colaboração solidária por elas construídas; XX -reconhecimento do lugar social, cultural, político, econômico, educativo e ecológico ocupado pelas mulheres no processo histórico de organização das comunidades quilombolas e construção de práticas educativas que visem à superação de todas as formas de violência racial e de gênero. (BRASIL, 2012).

Princípios básicos para serem trabalhados não só em escolas quilombolas, mas em todas as escolas brasileiras.

A educação escolar quilombola deve ter como referência valores sociais, culturais, históricos e econômicos dessas comunidades. Para tal, a escola deverá se tornar um espaço educativo que efetive o diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local, valorize o desenvolvimento sustentável, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito à terra e ao território. Portanto, a escola precisa de currículo, projeto político-pedagógico, espaços, tempos, calendários e temas adequados às características de cada comunidade quilombola para que o direito à diversidade se concretize. Essa discussão precisa fazer parte da formação inicial e continuada dos professores. (Brasília, p13, 2011).

Este trabalho, portanto, pretendeu defender a idéia de que os quilombos, a suas histórias, memórias e lutas por direitos constituem-se como objeto primordial no ensino de história, pois através dessa memória, pode-se trabalhar além de conteúdos da disciplina, cidadania, abrindo a possibilidade de a escola contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, “na qual as diferenças de aparência e ancestralidade não

possam ser acionadas como instrumentos para inferiorizar e marginalizar alguns segmentos sociais” (SOUZA, p 22, 2013).

Portanto, estudar as Africanidades Brasileiras significa tomar conhecimento, observar, analisar um jeito peculiar de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e de lutar pela dignidade própria, bem como pela de todos descendentes de africanos, mais ainda de todos que a sociedade marginaliza. Significa também conhecer e compreender os trabalhos e criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil, e de situar tais produções na construção da nação brasileira. (PETRONILHA, p 156, 2005).

Vale destacar que os dois produtos (Catálogo de atividades “Usos da Lei 10.639 em sala de aula: sugestões de atividades para o Ensino e História Afro-Brasileira e para o Dia da Consciência Negra” e o livro “Maria Conga a Guerreira de Magé”) gerados como resultados dessa pesquisa serão entregues a comunidade de remanescente de quilombo da Maria Conga como forma de apoiar no compromisso de luta dos quilombolas, pela via da educação, divulgação de informações e conscientização da sociedade, na tentativa de que esse debate não fique somente no âmbito dos movimentos sociais, mas que possa chegar a sociedade como um todo, incluindo a comunidade escolar.

Todo esse universo abrange características específicas no ensino de história da África e das culturas de seus povos e descendentes. Esses conteúdos nos colocam também o desafio de repensar a função do ensino de história e a importância de seu estudo. Não se pode também ignorar a estrutura e a funcionalidade do racismo brasileiro e sua perpetuação mesmo no ambiente escolar. Tal postura exige que tenhamos uma compreensão da presença das várias faces em que o fenômeno do racismo se perpetua, e nesse sentido o ensino de história e da cultura dos africanos e de seus descendentes nos oferece um caminho para uma história plural. (SANTOS, p 211, 2013).

A partir dessa perspectiva o produto da pesquisa importou menos do que o processo, no sentido de que a maior contribuição dessa pesquisa para o ensino de história e cultura afro-brasileira foi oferecer propostas de atividades que ajudem na reflexão do tema e que podem ser utilizadas pelos docentes ou pela própria comunidade, de acordo com a realidade de cada um.

Conclusão:

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que conseqüentemente exige várias frentes de batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira. (MUNANGA, p 19, 2005)

Partindo desta premissa o intuito deste trabalho foi destacar a importância da Lei 10.639 para o ensino de História no Brasil e oferecer sugestões de atividades para o ensino de história e cultura afro-brasileira para professores da educação básica por meio da produção do catálogo de atividades **“Usos da Lei 10.639 em sala de aula: sugestões de atividades para o Ensino e História Afro-Brasileira e para o Dia da Consciência Negra”**. Tendo em vista que:

A publicação da Lei 10.639/03 ocorreu em um contexto social e educacional de busca por valorização das culturas afro-descendentes, em cenário histórico marcado pela invisibilidade destas culturas, com forte atuação do movimento negro no Brasil. Atendeu, também, à sua maneira, ao enfrentamento de antiga crítica a um ensino de história centrado em narrativas etnocêntricas, em que registros de história afro-brasileira foram ignorados ou silenciados ou compareceram, via de regra, de forma estereotipada (PEREIRA, p 148, 2011).

Vale destacar que a Lei 10.639, como já dito anteriormente sofre algumas críticas por parte de alguns autores, que não questionam a necessidade da lei para uma educação igualitária, mas sim a forma como ela foi implantada. As críticas giram em torno da formação do professor e da responsabilidade do mesmo para implementação da lei.

A legislação federal, é bem genérica e não se preocupa com a implementação adequada do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Ela não estabelece metas para implementação da lei, não se refere à necessidade de qualificar os professores dos ensinos fundamental e médio para ministrarem as disciplinas referentes à Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, menos ainda, o que é grave segundo nosso entendimento, à necessidade de as universidades reformularem os seus programas de ensino e/ou cursos de graduação, especialmente os de licenciatura, para formarem professores aptos a ministrarem ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileira. Ao que parece, a lei federal, indiretamente, joga a responsabilidade do ensino

supracitado para os professores. Ou seja, vai depender da vontade e dos esforços destes para que o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira seja ministrado em sala de aula. Os movimentos sociais negros, bem como muitos intelectuais negros engajados na luta anti-racismo, levaram mais de meio século para conseguir a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira. Contudo, torná-los obrigatórios, embora seja condição necessária, não é condição suficiente para a sua implementação de fato. Segundo o nosso entendimento, a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, apresenta falhas que podem inviabilizar o seu real objetivo, qual seja, a valorização dos negros e o fim do embranquecimento cultural do sistema de ensino brasileiro. (SALES, p 34, 2005)

Apesar desta complexidade, o primeiro produto da pesquisa foi resultado de um esforço para fazer uma reflexão coletiva sobre essa temática na escola e mesmo com os obstáculos enfrentados acabou tornando-se uma experiência fundamental para o exercício da prática de ensino no campo da história e cultura afro-brasileira, pois a partir desse projeto foi possível avaliar quais as maiores dificuldades encontradas pelos professores ao abordar esse tema na escola básica, especialmente no que tange a reprodução de preconceitos pelos alunos, e muitas vezes, pela própria equipe escolar.

Pensar na inserção política e pedagógica da questão racial nas escolas significa muito mais do que ler livros e manuais informativos. Representa alterar os valores, a dinâmica, a lógica, o tempo, o espaço, o ritmo e a estrutura das escolas. Significa dar subsídios aos professores, colocá-los em contato com as discussões mais recentes sobre os processos educativos, culturais, políticos. (GOMES, p 152, 2005)

Debater tabus, tais como: política de cotas, religiões de matriz africana, racismo e estereótipos e ainda poder valorizar manifestações, arte e cultura africana na escola de forma que os alunos se interessassem foi uma oportunidade de colocar na prática de ensino os conhecimentos adquiridos ao longo do curso do mestrado e de fazer com que os alunos tivessem uma tomada de consciência em relação ao que é ser negro no Brasil, ou seja, a questão social do negro na sociedade contemporânea e todas as dificuldades encontradas em relação a essa identidade, como racismo¹², preconceito e desigualdade.

¹² O racismo é uma prática aprendida e vivenciada socialmente, com repercussões no cotidiano escolar. Ele pode se expressar, na escola, no Projeto Político Pedagógico, na prática de seleção e abordagem de conteúdos, nas hierarquias profissionais afirmadas em diferentes instâncias da experiência escolar, até mesmo na aparentemente neutralidade conferida às diferentes disposições dos corpos em sala de aula, e pode estar presente nas brincadeiras e conversas informais dos alunos e professores. Não custa dizer que o racismo pode ser expresso também por meio da invisibilidade (Pereira, 2011, Munanga, 2000; Cavalleiro, 2001).

Poder trabalhar essas questões por meio de atividades diferenciadas gerou experiência para poder trabalhar com os alunos o quilombo de Maria Conga, principal objeto de estudo deste trabalho, visto que:

O que se instaura no campo da ação educativa é a obrigatoriedade da abordagem de conteúdos históricos programáticos para a educação básica, exigida, aliás, paradoxalmente, num contexto de luta pela flexibilização curricular uma conquista histórica expressa nos termos da Lei no 9.394/96 e de afirmação do valor fundamental da autonomia docente para a democratização da escola como instituição social. Como vimos, a lei faz recair, especialmente sobre os professores do ensino fundamental e médio, a obrigatoriedade do ensino de conteúdos históricos específicos. (PEREIRA, p 3, 2008).

Em relação a pesquisa sobre o Quilombo de Maria Conga abriu-se possibilidade de trabalhar conceitos como memória, identidade, questões relacionadas ao movimento negro e movimento quilombola e questões de gênero, a partir da memória local. Além é claro de estudarmos a própria história local e a escravidão. Segundo Munanga:

Deveríamos aceitar que a questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afro-descendentes, apagadas no sistema educativo baseado no modelo eurocêntrico, oferece parcialmente a explicação desse elevado índice de repetência e evasão escolares. Essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, p 16, 2005).

A produção do livro “**Maria Conga a Guerreira de Magé**” pelos próprios alunos em aula, em formato de quadrinhos contando a história de Maria Conga foi uma experiência, apesar de cansativa pelo tempo gasto e pela polêmica dos temas, gratificante tanto em termos de aprendizagem do conteúdo da disciplina de História, quanto em termos de debate de questões sociais e também como atividade lúdica e divertida em sala de aula, fugindo do modelo tradicional de cópia, pois:

O momento nos dá a ver as dimensões éticas do ensino de história, que desafiam os docentes à composição de uma formação profissional e de uma ação que sejam auto-reflexivas e atentas à complexidade dos processos históricos. Nesse sentido, a defesa dos princípios reguladores da Lei no 10.639/03 incorpora o desafio do exercício da docência confrontado com antigos dilemas já conhecidos dos professores/pesquisadores da área. Essas questões nos indicam que nenhuma ação docente é neutra. (PEREIRA, p 28, 2008).

Além disso, este trabalho pretendeu ressaltar também a importância das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e das

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola para o ensino de História, especificamente para o ensino de história e cultura afro-brasileira. Diretrizes estas que servem como justificativa e como embasamento teórico desta pesquisa.

O desafio maior, contudo, parece ser o de que a compreensão do racismo histórico brasileiro possa, por exemplo, promover ações docentes sustentadas e reflexivas, problematizadoras de situações vivenciadas no cotidiano escolar. Esse exercício implica que o docente busque aqueles elementos fundamentais à sua formação acadêmica, mas que seja capaz de avaliá-los à luz de demandas reais, advindas do exercício da prática profissional, compondo, assim, um universo significativo de reflexões que permitam, nos diferentes momentos de ação pedagógica, compreender, problematizar, propor atividades e assumir posições fundamentadas com seus alunos. (PEREIRA, p 26, 2008).

Desse modo, trabalhar com a realidade dos alunos e com memória local, principalmente quando a história afro-brasileira é o assunto, é um bom recurso didático para quebras de tabus e preconceitos reproduzidos pelo senso comum. O estudo de quilombos, especialmente os que estão mais próximos da realidade dos alunos abre uma gama de possibilidade para o efetivo processo de ensino-aprendizagem na disciplina História, ou seja, a partir da memória local, pode-se trabalhar em aula diversos temas, tais como patrimônio, religiões de matriz africana, manifestações culturais, racismo e outras questões, dependendo de cada realidade. Além é claro de poder trabalhar a própria história da região estudada, isto é, poder inserir o local que o aluno estuda e vive no contexto histórico do país. “Esse pequeno levantamento poderá levar muitas escolas a descobrirem entidades políticas negras e/ou grupos culturais negros na sua própria região, possibilitando um trabalho integrado entre a escola e a comunidade”. (GOMES, p 153, 2005). De acordo com Costa:

A escola fornece elementos essenciais à forma como elas vão ler e interagir com o mundo à sua volta. Assim sendo, a atuação docente e dos programas escolares é decisiva à composição da forma como muita gente vai perceber o mundo. Desta feita, mostra-se necessário a quase toda e qualquer tentativa de rever posições e ideias socialmente arraigadas que passe por um diálogo sério com professores/as, educadores/ as e pelos programas escolares. As mencionadas posições arraigadas não o são desde sempre, elas foram se tornando sócio-historicamente o que são. De modo a poderem ser desarraigadas. (COSTA, p 219, 2013).

Espero com esse trabalho contribuir de alguma forma com o debate da questão quilombola e da história e cultura afro-brasileira especialmente no que tange a educação e ao ensino de História no Brasil, pois:

A escola tem um papel importante a cumprir nesse debate. Os (as) professores(as) não devem silenciar diante dos preconceitos e discriminações raciais. Antes, devem cumprir o seu papel de educadores(as), construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no

cotidiano da sala de aula. Para tal é importante saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro, ou seja, é preciso superar e romper com o mito da democracia racial. (GOMES, p 60 , 2005).

Bibliografia:

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. “Remanescentes das Comunidades de Quilombos”. Memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Texto a ser publicado na revista ibero-americana, Berlim, 2011.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; VIANA, Carolina. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. In: A Escrita da História Escolar, memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ABREU, M.C.; SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. FAPERJ. Casa das palavras, 2003.

ABREU, M. C. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In: Abreu, Martha; Soihet, Rachel; Gontijo, Rebeca. (Org.). Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira e Faperj, 2007.

ABREU, Martha; GURAN, Milton; MATTOS, Hebe. Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil. Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense – UFF, abril, 2013.

ALBERTI, Verena. Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais IN Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira, pág 61 – 85. Revista História Hoje nº 1 • Biênio: Agosto de 2011 a Julho de 2013.

ARRUTI, José Mauricio, “Quilombos”. In: *Raça: Perspectivas Antropológicas*. Org. Osmundo Pinho. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.

BARBOSA, Paulo Corrêa. Minas dos Quilombos. Texto para reflexão com o/a professor/ a Caces. – Brasília: MEC / SECAD, 2010.

BERGAMIN, Ana Maria. Interações: raízes históricas brasileiras. Coleção InterAções. Blucher. 2012.

BOULOS, Junior Alfredo. História Sociedade e Cidadania. FTD AS. São Paulo, 2012.

BRASIL. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira”, e dá outras providências, Brasília, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Art. 68. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). Art. 216. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. DECRETO N o 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Brasília, 2003.

CARRETERO, Mario (orgs). ROSA, Alberto; GONZALES, Maria Fernanda. Ensinar história em tempo de memória. In: Ensino da história e memória coletiva. Porto Alegre, Artmed, 2007.

COSTA, Hilton. Para construir outro olhar: notas sobre o ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras IN Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira, pág 217 – 235.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola: algumas informações Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) Brasília – DF/ 2011.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, outubro de 2004.

D'SALETE, Marcelo. CUMBE. São Paulo. Ed. Veneta, 2014.

DUTRA, Mara Vanessa Fonseca. Direitos quilombolas: um estudo do impacto da cooperação ecumênica. – Rio de Janeiro: KOINONIA. Presença Ecumênica e Serviço, 2011.

FELINTO, Renata (org). Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos. Belo Horizonte: Fino Traço. Editora Ltda, 2012.

FIGUEIREDO, Joana Lima. *(Re)descobrimo a cidade: um estudo sobre o patrimônio mageense*. Trabalho de Conclusão de curso. 2004. Monografia (Graduação em Produção Cultural) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2004.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (FUNDREM). *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro, 1984.

GOMES, S. Flávio. História dos quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Cia das letras. 2006.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão, pág 39 – 60 IN Educação anti-racista caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação, pág 143- 154. IN Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?, pág 227–245. IN Educação como exercício de diversidade. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2005.

Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas. Programa Brasil Quilombola, Brasília 2013.

Guia brasileiro de fontes para história do negro na sociedade atual. Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

LEMOS, Rodrigo Monteiro Jenkins. *Leitura Histórica do processo de apropriação do território: um estudo no município de Magé*. Rio de Janeiro: IBGE/ENCE, 1999.

MATTOS, Hebe. “Remanescentes das comunidades dos quilombos”: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 104-111, dezembro/fevereiro 2005-2006.

MONTEIRO, A. M. Ensino de História: entre História e Memória. In: Silva, G.v da; Simões, R.H.S.; FRANCO, S.P (Org.). História e Educação: territórios em convergência. Vitória, ES: UFES/GM/PPGH, 2007, p.59-80.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: PROJETO HISTÓRIA. 07-28, dezembro, 1993.

O'Dwyer, Eliane C. Os Quilombos e as fronteiras da antropologia. Revista Antropolítica n. 19, p. 91-111, 2. sem. 2005. Niterói, 2005.

OLIVEIRA, Rachel de. Projeto "Vida e História das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil": um ensaio de ações afirmativas, pág 245-263 IN Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica / organização, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

PEREIRA, Amauri Mendes. Escola: espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra, pág 35- 47. IN História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

PEREIRA, Amilcar. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” - DOI: 10.5752/P.2237-8871.2011v12n17p25.

PEREIRA, Júnia Sales; ROZA, Luciano Magela. O ensino de história entre o dever de memória e direito à história, *Revista História*. Hoje, v. 1, nº 1, p. 89-110 – 2012.

PEREIRA, Junia Sales. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-lei 10.639. Estudos Históricos. V. 21, n. 41, 2008.

PEREIRA, Júnia Sales. Diálogos sobre o exercício da docência. Recepção das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Revista Educação e Realidade. V. 36, 2011.

PETRONILHA, Beatriz Goncalves e Silva. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. pág 155 – 170. IN Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

RIOS, Ana Lugão, MATTOS, Hebe. Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Civilização brasileira, 2005.

ROSA, Johnny Roberto. A cultura política da reparação: por uma história comunicativa e uma memória apaziguada. História: Debates e Tendências – v. 12, n. 2, jul./dez. 2012, p. 345-359.

SALES, Augusto dos Santos. A Lei no 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro, pág 21-35. IN Educação anti-racista caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SAMPAIO. Jucá Antônio Carlos de. Magé na crise do escravismo-Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888). Dissertação de Mestrado apresentada a pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1994.

SANTOS, Maria Walburga dos; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. Diásporas e comunidades quilombolas: perspectivas metodológicas para o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira IN Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira, pág 193 - 211. Revista História Hoje nº 1 • Biênio: Agosto de 2011 a Julho de 2013.

SOUZA. Marina de Mello. África e Brasil Africano. Editora Ática. 2010.

SOUZA, Marina de Mello. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África IN Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira, pág 17-26. Revista História Hoje nº 1 • Biênio: Agosto de 2011 a Julho de 2013.

Texto referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Brasília – DF, 2011.

VALENTE, Ana Lúcia Os negros, a educação e as políticas de ação afirmativa IN educação como exercício de diversidade, pág 249 – 264. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) Brasília, 2005

Sítios na internet:

Blog da Maria Conga Raiz de Magé. Disponível em: <http://isabel-funcionariospreocupados.blogspot.com.br/>. Acessado em: 05/08/2015.

Cartilha Direitos. Apoio ao fortalecimento políticos das comunidades quilombolas do Rio de Janeiro. KOINONIA. Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos. ACQUILERJ. Disponível em: <http://koinonia.org.br/acervo/publicacoes>. Acessado em 10/10/2015.

Cartilha Violações. Apoio ao fortalecimento políticos das comunidades quilombolas do Rio de Janeiro. KOINONIA. Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos. ACQUILERJ. Disponível em: <http://koinonia.org.br/acervo/publicacoes>. Acessado em 10/10/2015.

Documentário Orgulho de ser quilombola. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2012/12/13/maria-conga-orgulho-de-ser-quilombola/>. Acessado em 06/08/2015.

Documentário Memórias do Cativo. Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF). Disponível em Ufftube: <http://ufftube.uff.br/video/8GHO2DX1SUG7/Mem%C3%B3rias-do-Cativo>. Acessado em: 13/08/2015.

Fundação Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Lista-das-CRQs-Certificadas-Portaria-n%C2%B0-84-08-06-2015-Recebido-em-20.07.15.pdf>. Acessado em 08/08/2015.

Jornal Extra. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/historia-do-quilombo-maria-conga-vira-documentario-6684872.html>. Acessado em 08/08/2015.

Jornal Extra. Disponível em <http://extra.globo.com/noticias/rio/unico-quilombo-reconhecido-na-baixada-luta-para-sair-do-esquecimento-3274861.html>. Acessado em 08/08/2015

Mapa de cultura. Disponível em: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/quilombo-maria-conga>. Acessado em: 11/08/2015.

Observatório Quilombola. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/oq/noticias-detahes.asp?cod=12055>. Acessado em: 15/08/2015.

Racismo ambiental. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2012/05/29/rj-maria-conga-a-guerreira-do-quilombo-de-mage/>. Acessado em: 12/08/2015.

Revista USP. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/68/09-hebe-mattos.pdf>. Acessado em: 12/08/2015.

ANEXOS

Transcrição da entrevista com a líder quilombola Ivone Bernardo

Pergunta: Você pode me contar um pouco sobre a história de Maria Conga?

“Então, olha só, quando eu cheguei até a história de Maria Conga, porque eu já nasci lá, sou quilombola também, nascida na comunidade de Maria Conga. Minha vó que fez meu parto neh, a mãe da minha mãe, nasci mesmo de parteira em casa, eu não nasci no hospital, e aí desde de criança que a gente escuta falar de Maria Conga, de uma escrava que morou na comunidade, que refugiava, protegia os escravos que fugiam, e assim a gente sempre soube disso, desde de criança, crescemos sabendo disso. Meus tios, minha vó. Minha vó quando faleceu eu tinha 15 anos, minha vó faleceu com 117 anos e ela já falava de Maria Conga, já falava da existência dela, já falava que quando ela veio morar ali a única moradora dali era Maria Conga, mas depois que foi povoando o local, porque o local não tinha, ninguém morava ali, ela que fundou mesmo a comunidade. E aí, eu fui, me interessei mesmo pela história, e aí eu fui até, nessa andança minha de movimento negro, que eu já era ligada ao movimento negro, cresci né, fundei a associação de moradores da comunidade aqui do Maria Conga e assim fui para o movimento negro e tal. E aí numa viagem que eu fiz pra Brasília, eu lá na Fundação Cultural Palmares eu ganhei um livro e nesse livro tinha a foto da capa era meu tio Honório, Honório Martins que já tinha falecido, e aí eu fiquei curiosa de saber porque o meu tio tava naquela capa do livro, e ele tava falando sobre Maria Conga. Ele falava que conheceu Maria Conga, que ela era muito velhinha e que os filhos dela não deixava ela se aproximar dela, mas os filhos dela, depois eu vim saber que ela não teve filhos, os filhos dela eram os escravos, chamavam ela de mãe. E aí eu me interessei mais pela história e comecei a buscar mais a história, até porque meu tio tinha falecido e nem sabia que o meu tio tava na capa de um livro, e aí copiei do livro, pedi a eles que me dessem o livro, eles me deram e comecei a buscar a história, e aí foi que eu pesquisando daqui dali a gente achou uma entrevista, uma entrevista não, uma reportagem do Dario Navarro, que foi um historiador argentino que morou em Magé na igreja católica com o Padre Montezano que também era historiador, e eles faziam muitas pesquisas né, que o Padre Montezano também é historiador e aí eles falam da existência da Maria Conga e ele diz que na, que ele tava fazendo a pesquisa sobre ela e teve um andarilho negro, um andarilho que esteve internado no Lar São Vicente de Paula, aqui em Magé, é um asilo dos velhinhos que tem ali na entrada de Magé, que ele dizia ter morado no quilombo de Maria Conga e ter conhecido a Maria Conga. Então ele diz nessa reportagem dele, ele diz que Maria Conga não era um mito, era uma realidade e que ela nasceu no Congo, ela veio pilhada num navio negreiro da costa do Congo pra Magé, mas primeiro ela passou por Salvador, pela Bahia. Em Salvador ela foi batizada com o nome de Maria da Conceição e logo depois ela foi vendida novamente, ela chegou na Bahia com 9 anos de idade, depois ela foi adulta já vendida pra Magé, que chegou na Piedade, que também nós temos um quilombo que está em fase de reconhecimento na Piedade que é o quilombo do Feital, onde ela viveu por um tempo, que não foi por muito tempo, foi por meses e logo depois ela foi vendida para um senhor que é um conde alemão que comprou ela que morou aqui na fazenda do fundo do Saco, que hoje é um presídio agrícola. Então ela logo depois, ela ainda viveu por muitos anos ainda como escrava e com 35 anos de idade que ela recebeu a alforria dela e quando ela recebeu com 35 anos de idade ela não quis mais ficar na fazenda, ela quis viver a vida dela e foi aí que ela foi pra dentro da comunidade porque é vizinha, o bairro é vizinho e aí era uma mata fechada e ali ela fez a casa dela e ali ela protegia os escravos que fugiam e que conseguiam ir até ela. Então esses escravos eles nunca foram capturados na história que a gente ouve falar, mas que ela contava da vida dela, ela dava palestra pra eles, ela conversava, falava que ela foi uma escrava, que foi muito sofrida, que ela viveu a vida inteira procurando seus pais, seus irmãos porque quando ela chegou na Bahia que ela foi separada dos pais e dos irmãos e que ela foi estuprada várias vezes, mas que eles nunca conseguiram tomar a alma dela porque ela ensinava a eles a não ter vergonha de ser negro,

não ter vergonha de dizer que era escravo, ela já fazia o que a gente faz hoje. Hoje mulheres, temos várias mulheres aí que lutam pela igualdade dos seus direitos, ela já fazia naquela época isso. Ela lutava pelo direito da cidadania e ela lutava pelos direitos dos escravos, ela lutava pelo direito do negro, ela era tudo ali naquela comunidade, ela era parteira, ela era, fazia matos, colhia matos na época que não tinha médicos na comunidade, até hoje não tem, assim era muito longe hospital essas coisas, ela que pegava os matos dela e fazia os remédios pros escravos e assim ela faleceu quando ela faleceu ela já não tava mais, assim dizem que ela foi sepultada no cemitério lá de Bongaba, aonde a gente já também hoje, estamos fazendo um documento para também legalizar como território quilombola porque lá também foi uma comunidade remanescente, até hoje ainda tem os pontos turísticos lá, históricos, a gente hoje também, como eu sou presidente da Associação Estadual de Quilombos a gente tá vendo um documento pra gente tá também reconhecendo aquela comunidade como, eles já se auto-reconhecem, já tem um documento que eles fizeram, uma carta, uma reunião, com o nome de todos os quilombolas e que se auto-reconhecem como quilombo. Então ela ali passou por todas as comunidades daqui. Hoje na história a gente tá assim se aprofundando mais na história da Maria Conga, a gente tá descobrindo que todas as comunidades quilombolas que tem nesta região e que foram fundadas por ela, porque era assim ela nunca foi capturada, mas ela era procurada. Então quando chegava alguém procurando por ela aqui no quilombo de Maria Conga, ela saía pra outro quilombo e lá ela levava alguns escravos e lá ficavam alguns, ela voltava pra comunidade, mas ali ficava a raiz dela, ela fundava outra comunidade e assim ela foi, até em Petrópolis ela parou, porque a gente tem quilombolas em Petrópolis, entendeu, que também conhecem um pouco da história. Então o que que acontece, ela passou por essa região toda fundando, porque em todo lugar que ela passava ela fundava comunidade, ela deixava um, pra esconder os escravos e eles nunca foram capturados, nem eles e nem ela. A gente costuma dizer assim que Maria Conga ela é uma mulher guerreira, foi uma mulher muito guerreira. Não é reconhecida né, assim, nacionalmente, mas assim nós temos hoje uma mulher negra que é conhecida como Teresa de Benguela que é do quilombo de Piolhos no Maranhão, nós temos no dia 25 de julho dia da Teresa de Benguela e da mulher negra por conta da história da comunidade de Piolhos e assim, a gente deveria ter também um marco em Magé, porque Magé reconheceu no centenário da Lei Áurea, Maria Conga como heroína de Magé. Ela foi reconhecida como, a prefeita na época proclamou a Maria Conga como heroína de Magé, porque heroína de Magé, porque ela lutou muito pra sobreviver até morrer de velhice. Agora a gente vê vários homens que são aí, que estão aí na história, que foram capturados como Manuel Congo, foram assassinados como Zumbi dos Palmares e a mulher negra que lutou pelo seu direito, pelo direito do negro, pelo direito dos quilombos, pela comunidade num todo, que viveu fugindo se escondendo pela mata, porque hoje se você for na comunidade Maria Conga, a comunidade foi totalmente invadida, totalmente descaracterizada. Que as pessoas que foram pra lá descaracterizaram a comunidade, entendeu. Até porque não tinha consciência de que ali era um quilombo, uma comunidade remanescente de quilombo. Mas assim, muitos tinham vergonha, medo de dizer que era quilombola por conta daquilo que já sofreram seus antepassados, seus avós, bisavós. Mas ela foi uma mulher muito guerreira. E que assim muitas pessoas não conhecem ainda, o próprio município, algumas pessoas moradoras do município não conhecem. Hoje a gente tá tentando através da coordenadoria, através do movimento quilombola, através do movimento negro. a gente tá tentando dá visibilidade ao nome de Maria Conga, porque ela era pra ser lembrada sempre, até mesmo nacionalmente. Porque ela é uma mulher que lutou muito pelos direitos e assim viveu a vida toda procurando sua família e não encontrou e morreu sem encontrar sua família, mas morreu de velhice. Então é uma mulher guerreira”.

Pergunta: Como é a relação dos quilombolas com a comunidade. Magé reconhece? Tem algum tipo de preconceito? A luta pela terra pra se manter lá? Como é que é isso?

“Então, a gente já teve muita invasão hoje em dia. Hoje estão querendo preservar o local onde ela lavava roupa que é a biquinha. A mata já está sendo, ontem mesmo eu estive no Rio falando sobre isso, a mata já está sendo, estão fazendo casa na mata, entendeu?. Estão vendendo os lotes lá, estão fazendo. Assim, a gente queria preservar pelo menos pra não esquecer, pra não acabar com tudo, pelo menos a mata, a biquinha, a biquinha porque já tem morador lá que ta fazendo, fez uma cisterna e já acabou até com a nascente, mas né, fez uma cisterna na nascente e assim e as outras coisas, vão fazer minha casa minha vida lá, eles fizeram um prédio lá, eles fizeram e acharam muitas correntes jogadas e jogaram fora porque não conhecia a história nossa e assim a gente só ta perdendo mesmo a valorização da história. Agora o município hoje já tem mais conhecimento da história de Maria Conga, até porque a gente ta trabalhando muito em cima disso. A gente ta tentando ver se faz um busto da Maria Conga né, a gente ta desde o ano passado tentando ver se a gente consegue junto com o prefeito. É o prefeito fala muito nas palestras dele de Maria Conga, mas assim a gente precisa de mais, de mais visibilidade na comunidade. A comunidade não dá muito assim, e a comunidade quem mora na comunidade, pessoas, os remanescentes tem pouco, mas os que moram lá, porque a invasão foi muita, eles falam e conhecem, sabem que moram numa comunidade remanescente de quilombo, entendeu. Só que muitos não gostam de falar porque sabem que se a gente for reivindicar o território todo nós vamos ter, eles vão ter que perder as suas residências, não perder né, mas vão ter que sair, porque perder não perde porque é indenizado, mas vai ter que sair. Hoje e ontem mesmo a gente teve uma conversa com o INCRA, nós pedimos que o INCRA identifique todas as comunidades que estão com o processo aberto, todas que são reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares coloque uma placa informando que ali é uma comunidade remanescente de quilombo e que está com o processo em andamento no INCRA, para que as pessoas parem de invadir, parem de desmatar, porque estão desmatando tudo e a gente cansa de falar, aí vai o meio ambiente lá para hoje, mas amanhã já começa tudo de novo e não é só em Maria Conga, todas as comunidades do estado do Rio de Janeiro estão com problema de especulação imobiliária, ta assim demais, entendeu?. Mas aí a gente ontem decidiu isso, e a gente agora vamos ver como é que vai ser, se vai dar uma inibiçõzinha pra eles, se vai inibir um pouco”.

Pergunta: Como foi o processo de produção do documentário?

“Esse documentário ele foi assim, eu recebi uma proposta de uma ONG chamada estimativa que estaria fazendo esse projeto em algumas comunidades de quilombo e ela falou que ela queria passar pra gente e a gente aprender mesmo. A comunidade aprender. Era um curso pra gente aprender a produzir, a filmar, fotografar, editar, tudo né, sobre o filme, o documentário, e aí no final a gente teria que aprender, aprender não, no final a gente teria que fazer um documentário, um filme, seja lá o que for, com a história de alguma coisa e nós que estávamos fazendo o curso né, resolvemos fazer o documentário da história de Maria Conga, até porque a gente não tinha ainda. E assim, aquele documentário você vê que tem alguns erros, mas foi porque nós que fizemos, nós que produzimos, nós que dirigimos, nós que editamos, nós que fotografamos, você tá entendendo. Então, aí os jovens estavam juntos. Ali mesmo naquela hora no final, não sei se você vê final, que a gente botar orgulho de ser quilombola e bate palma. Naquele final não tem todo mundo ali, que estava no documentário, estavam mesmo. A maioria estava na escola, que foi dia de semana, tinha que estudar, mas assim foi muito bom, sabe. E a gente se dedicou muito sabe, foi muito emocionante porque a nossa emoção elo foi uma coisa que não foi planejada, foi uma coisa que aconteceu mesmo, que quando a Sueli tenta falar e parece que ela ta decorando, ela contava aquilo ali pra gente de uma forma tão simples, tão rápida que a gente falou na hora que fomos filmar ela travou, ela travou de uma tal maneira que parecia que ela tinha decorado aquelas falas, mas não era, ela fala isso toda hora. Se você perguntar agora: Sueli o que você, quem você encontrou na Beira do rio quando você ia pescar, quem você encontrou, aí ela fala não encontrei uma senhorinha que

me falou isso, isso e isso, normal, mas quando foi na hora de filmar ela não conseguia. Na hora que ela foi falar do cemitério é uma coisa incrível porque na hora que a gente tava entrando pra filmar, a gente encontrou uma senhora na beira do rio, uma senhora de idade, uma senhorinha na beira do rio, essa senhorinha falou assim: vocês vão pra onde? A gente falou, nós vamos lá dentro aonde é o cemitério dos escravos, ela falou assim: ah meus filhos não vai não, não mexe com isso não, deixa isso quieto. Aí eu falei, por que a senhora sabe de alguma coisa. Ela falou assim não né, já ouvi falar que os escravos que vinham pelo rio morriam e vários, muitos foram enterrados, sepultados ali, mas não vai lá não. Aí a gente nós vamos porque a gente já tá aqui e a gente veio pra filmar lá dentro, aí ela então vai devagar que não é pra mexer com essas coisas, deixa isso quieto. A gente já foi meio apreensivo né, a gente foi entrando porque a mata é muito fechada, engraçado porque a mata na entrada ela é fechada, mas quando chega lá dentro ela abre, ela abre de uma tal maneira, assim a gente viu árvores, pena que eu não tirei foto, eu falei que ia voltar lá, mas a gente não consegue ir, a gente já tentou ir três vezes e a gente voltou do caminho, a gente não conseguiu chegar até lá. Nesse dia do documentário eu falei pra Janaína, Jana, você está sendo privilegiada porque ninguém consegue chegar aqui, hoje a gente conseguiu chegar. E aí a gente ali já filmando, Jana só auxiliando a gente e tal. Naquela hora que Sueli começou a falar ela travou, ela travava, aí ela voltava e falava de novo aí ela travava. Quando ela começou a falar o que ela tava sentindo eu já tava sentindo antes, eu achei aquilo muito emocionante porque quando ela começou a falar gente eu não consigo falar parece que tem alguma coisa me prendendo, eu também tava sentindo alguma coisa me prendendo, entendeu, e eu querendo aí eu chorar e prendendo o choro, aí eu desabei naquela hora porque quando eu vi ela falar eu estou sentindo, não consigo falar parecia que alguma coisa me prendendo, não consigo falar e tal, aí ela falou eu mesma coisa que você, aí eu falei vambora porque parece incrível. O meio assim, a grama não cresce mesmo, a grama é assim baixinha, em volta, tudo em volta é uma mata, muito mato, mas no meio, aí ela falou que ali tinha umas cruzeiras e tal, mas os moleques, ela fala moleques perversos, ela fala mas os moleques perversos tiraram, vieram pra cá tiraram. Aí eu falei, não Sueli vambora, vambora. Aí foi que ela falou pra gente isso eu vou embora porque parecia que tinha alguma coisa no ouvido dela fazendo pressão e ela disse que não conseguia escutar o que a gente tava falando e não conseguia falar, não conseguia transmitir o que a gente precisava, o que ela precisava falar, o que ela falou antes várias vezes aqui fora, mas lá dentro não. Aí foi que eu falei vambora”.

Pergunta: O cemitério é próximo da comunidade?

“Na época era tudo a mesma coisa tudo Maria Conga. Hoje em dia não é mais, mas é ali na beira da pista, não tem, passa perto da onde você deu aula, não tem a ponte que divide Magé com Guapimirim, que tem a casa de saúde, do lado, você atravessou a ponte, o primeiro caminho a direita, que tem uma cerca, que beira ainda uma vala, tem ainda uma vala, aquilo ali não era vala, aquilo ali era um rio, que é a água da Piedade que se encontra com o rio Guapi aqui, que ele passa lá por trás, antigamente esse rio ele vinha até o final da Maria Conga, entendeu? Hoje em dia secou, secou, mas ele passava ali por debaixo da ponte, era um rio direto. Hoje em dia tá tudo fechado, fizeram até calçamento em cima, mas esse rio vinha direto e passava por debaixo da Maria Conga. Hoje fizeram rua, mudou. Era tudo Maria Conga, era um bairro só. Agora é Vila Esperança, Maria Conga, que agora não é, antes era tudo Maria Conga. Agora é Vila Esperança e Várzea Alegre. Maria Conga continua sendo Maria Conga, só que lá não. Foram dividindo o bairro. Foram mudando os nomes, na época ainda era Maria Conga lá”.

Pergunta: Como é a relação dos quilombolas do Maria Conga com os outros moradores?

“Hoje assim, eles já estão mais assim, antigamente eles nem gostavam de falar que eram quilombolas porque achava que ia ser, voltar o tempo da escravidão essas coisas todas. Teve uma que no dia que a Globo, que o jornal Extra veio entrevistar, essa que saiu na foto do jornal extra, ela falou isso, meu pai fala que nós somos remanescentes de quilombo, mas eu não quero ser isso porque eu tenho medo de voltar a escravidão”.

Pergunta: Mas não tem nenhum tipo de conflito com quem se reconhece como quilombola?

Não temos não. Algumas pessoas que hoje evangélicos lá fala que a comunidade não anda por conta da Maria Conga, porque a gente fica botando esse nome, tinha que mudar, eu falo não, você não é morador daqui, nascido aqui, você é um forasteiro, veio pra cá, comprou casa aqui e tá aqui. Então se você não aceita a comunidade você se retira da comunidade e vai morar em outro lugar. Porque a comunidade ela vai avançar sim quando a gente tiver que avançar. Agora só que não por esse nome não, não é por isso não.

Pergunta: Então o problema maior é religioso?

“Acaba sendo porque eles acham porque Maria Conga vira uma entidade né, aí diz que não tinha que ter esse nome. É ignorância também, porque as pessoas tem que entender que ela foi uma pessoa, uma escrava, uma mulher, que morou na comunidade, que lutou pela comunidade. Ela não morou só, ela lutou pela comunidade”.

Pergunta: Mas a comunidade em relação a religião tem alguma identidade?

“É muito dividido. Oh nós temos lá o centro espírita Maria Conga, que é de Marlene, que é o mais antigo da dentro da Maria Conga mesmo. Temos o centro espírita de Marly que é na entrada da Maria Conga. Temos quatro centros espírita, duas igrejas evangélicas e agora que a igreja católica ta vendo um terreno pra comprar e fazer uma igreja lá que é de São Miguel Arcanjo, que já faz até missa lá. Mas assim o que mais prevalece dentro da comunidade é assim a de matriz africana, que é a religião lá do centro dela, e vai muita gente de fora pra se consultar com a entidade maior do centro que é a Maria Conga, de 15 em 15 dias ela faz consulta lá no centro, as terças-feiras, já até falei com ela, entende. Já até falei com ela e ela falou que ia ver se pessoal queria, lá do Rio, entrevistar a entidade mesmo, ela falou que ia ver com ela se ela autorizava a entrevista, não sei, eles queriam isso, ai eu to vendo lá, tem que ver o dia. Não sei o dia certo”.

Pergunta: Como é a relação do movimento negro com o movimento quilombola?

“É uma relação boa, é uma relação ótima sim, tá? Até Porque que comecei no movimento negro, né! E assim, não ainda, eu sabia que era quilombola, mas não tinha, nenhum movimento quilombola na época, aí eu comecei no movimento negro. Depois eu fui pro movimento quilombola, mas eu continuo no movimento negro. Eu participo hoje, sou, eu já fui presidente do Conselho Estadual do Negro. Agora sou conselheira, continuo dentro do Conselho Estadual do Negro. Eu hoje participo da Comissão da verdade da escravidão negra do Brasil, que é uma comissão que também quilombola e negro. E assim a gente participa de várias outras instituições que também tem movimento negro e quilombola, inclusive, eles, o pessoal do movimento negro, a Sepir, a Supir, a superintendência do estado, ela, dentro da superintendência tem uma pasta de quilombos, que eles precisam trabalhar as questões quilombolas. Então a gente tem uma convivência muito boa, sabe, quando a gente precisa a gente pede auxílio”.

Pergunta: E entra também essa questão da religião, de preconceito?

“Entra, entra sim, por que? Nós temos muitos quilombolas que são evangélicos, que nem eu, eu não sou espírita, eu sou católica praticante e tem outros que são evangélicos e outros que são espíritas, mas a gente tem uma convivência boa, que a gente costuma falar pro nosso povo quilombola que a gente precisa não ter preconceito, aceitar a religião do outro, né, respeitar a religião do outro, e assim, a gente lida muito bem, inclusive aqui na coordenadoria, a gente tem a Rafaela que é evangélica, o Paulo que é espírita, é babalorixá e eu que sou católica, olha só, e a gente se dá maravilhosamente bem, aqui e no movimento também, a gente sabe separar as coisas, entendeu? E assim, a gente não pode perder nossa cultura, né. Então pra gente não perder nossa cultura a gente tem que sempre orientar nosso povo quilombola que a gente precisa respeitar a religião do outro, né, porque a gente tem dentro da religião de matriz africana a cultura, né, nossa ancestralidade”.

Pergunta: Você tem alguma experiência em relação a escola?

“Temos sim, eu já fiz, nós já fizemos, através da coordenadoria de igualdade racial, que hoje eu sou coordenadora aqui a gente já fez vários trabalhos, nós já tentamos. Até hoje a gente estava na secretaria de educação, falando sobre isso por que a gente na secretaria de educação, a gente precisa dá mais visibilidade a igualdade racial, trabalhar dentro da comunidade com as histórias do município, inclusive a da Maria Conga e as escolas, graças a deus, encontramos algumas professoras que estão querendo também fazer esse mesmo trabalho e a gente ta se unindo pra começar a fazer essa campanha aqui, diga não ao preconceito na escola. Essa campanha a gente vai fazer. Iniciar no dia 21 de março, porque dia 21 de março que é o Dia Internacional contra a Discriminação Racial. E aí o que acontece, eu já fui numa escola que assim os professores que me convidaram, mas os alunos, tinham alguns alunos que sim, tinham, entendeu? Pelos pais serem evangélicos. Então quando a gente começa a falar de igualdade racial, de cultura racial, quilombola, Maria Conga, eles já associam já com o espiritismo”.

Pergunta: Especialmente com esse nome Maria Conga?

“Isso. Falou Maria Conga eles já associam com o espiritismo. Então eu contei a história, passei o documentário, né. E assim muitos não queriam ficar nem na sala de aula, entendeu? Ali na Barbuda, aquela escola que tem ali, mas assim a gente falou, os professores pediram atenção, eles fizeram algumas perguntas, né. Um coleguinha que era do espiritismo falou “Tia falou, olha só, ele fica me encarnando porque disse que eu sou macumbeiro”. Aí eu falei pra ele, pois é, mas isso aí é racismo, é preconceito, né, isso não pode acontecer, conversei com ele e tal, falei pra ele hoje se você fazer isso, você vai preso, porque é um ato de racismo e racismo é crime e aí conversei com ele ficou parado olhando, você tem a sua religião, respeita a do outro, porque você sabe de uma coisa, vou te falar uma coisa porque hoje a igreja prega você olhar o irmão, olhar Jesus no irmão, se você não consegue ver, nele, Jesus nele, então você tá vendo errado, você pode sair da igreja, porque você tem que respeitar ele, a religião dele, a cor dele, o cabelo dele, o jeito dele, entendeu? Aí ele ficou parado olhando pra mim, tá bom tia, tá bom tia, mas você não fala mais isso não que isso é muito feio. Mas assim, esse foi um, mas os outros, tem uns que não querem nem ouvir, entende? Por isso que a gente ta levando essa campanha pra escola e a gente já vai começar dia 21 fazendo, trabalhando com os professores, porque tem muitos professores que não sabem enfrentar o racismo. Hoje mesmo teve uma professora, né Rafaela, que falou assim: semana passada, eu tive numa sala de aula e essa que tava conversando comigo, que a menina falou, nós fizemos um: oh, você vai pintar, fazer pintura de vocês da sua pessoa, você vai pintar você, ela fez uma pintura de uma mulher, uma menina, uma menininha de 8 anos, ela de 8 anos né, uma menininha branca de olhos azuis com cabelo pintado de amarelo, então era loira. Então ela perguntou, ah que linda, não que linda não, ela perguntou quem é essa? Ela: sou eu. A menina pretinha, ai ela disse que

ficou sem ação, ah é você? sou eu sim. Então eu falei pra ela, professor o que você deveria fazer ter falado pra garota na hora, ela deveria olhar pro desenho e falar bem assim. Ela falou to linda né tia? Ela tinha que falar assim não, ta horrível esse desenho, não ta bonito, sabe porque? Porque você é linda, porque você é muito mais linda que esse desenho. Faz agora um desenho seu, do jeito que você é. Aí ela ia fazer o desenho dela pretinha, aí ia dizer olha só que linda que você é, olha só que bonita, entendeu? Pra diferenciar e tirar aquela coisa assim, ela ficou apavorada sem saber o que fazer com a menina, porque a menina se pintou branca de olhos azuis com cabelo loiro. Você ta entendendo, a professora tem que saber lidar numa hora dessa com o aluno, porque como ela não se auto define negra, porque alguém já deve ta de preconceito com ela, ou então falando, para sai daqui sua preta, sua negra, feia, entendeu? que isso acontece muito na sala de aula. Aí a gente vai fazer uma campanha, iniciando, trabalhando o professor para que o professor possa trabalhar o aluno, porque aí a gente vai entrar com a campanha, dizendo: “ Diga não ao preconceito” , o que você acha do preconceito, o que você acha que é o preconceito, pro aluno, o professor vai perguntar pro aluno, vamos fazer, então nós vamos falar, nós vamos fazer um trabalho sobre preconceito pra gente apresentar depois no final da campanha”.

Pergunta: Tem alguma associação do passado da Maria Conga com alguma religião de matriz africana, com a entidade ou foi uma grande coincidência?

“Foi coincidência, foi por que? Porque ela recebeu o nome de Maria Conga porque ela veio do Congo, a gente nem fala Maria Conga é Maria do Congo, né. Só que as pessoas que são do centro espírita, são espíritas dizem, eu recebi uma pessoa, duas pessoas em janeiro aqui no município, me procurou, ele veio do Macapá, ele com uma menina, ele veio aqui em Magé me procurar pra saber de Maria Conga, ele queria ir lá na comunidade, ele queria ir no centro de Marlene, essas coisas todas. Eu falei pra ele que não é assim, chegar de uma hora pra outra, querendo entrar na comunidade, saber da história dela , eu falei pra ele não pode ser assim, não dá pra ser assim, sabe por que? Porque olha só a comunidade ta difícil agora. A gente tem que chegar e marcar, agendar pra ir lá, né. Pras pessoas tá esperando, aguardando pra gente entrar e marcar com Marlene, a dona do centro, entendeu? Pra gente conversar com ela, vê se ela pode atender, o dia e tal, ele foi e falou: mas por que? Porque olha eu soube que tinha um quilombo aqui pela, olha só, pela entidade lá de Macapá, que se consulta com ela e ela falou eu sou Maria Conga, que eu tive lá bem no quilombo em Magé e ele foi olhar a história e era a mesma coisa, você tá entendendo? Então ele veio atrás disso, porque ele ficou: ela falou, ela contou a história dela, ela falou que nasceu, nasceu não, que viveu aqui em Magé. Ai começou a falar, falar, falar. Ai eu falei: ah isso é muito bom. Realmente Maria Conga que é lá do centro, todas as pessoas que vão lá conversar com ela disse que ela fala, que ela conta a história dela, ela diz que a história dela é muito triste que ela sofreu muito antes de chegar até a comunidade, depois sofreu mais porque teve que viver se escondendo, ta entendendo? E aí ainda tem muita coisa que ela fala, tem muitos mistérios que a gente não pode falar, que ela ainda não pode falar. Ela disse que se for declarar tudo, se ela disser as coisas que tem naquela comunidade, que são muitos, ela falou que são muitos, ela fala assim que tem muita riqueza aqui tem muita riqueza, mas eu não posso falar muito, porque senão isso daqui vai ser um desespero de pessoas querendo visitar, vocês não vão dar conta, então muita coisa a gente não pode contar”.

Pergunta: Como que está agora o reconhecimento do Maria Conga, como está essa questão da luta do território?

“Olha só, o Maria Conga arquivou um pouco o processo, porque depois a gente vai abrir pra esclarecer mais a comunidade o que é uma titulação coletiva, porque nós quilombolas lutamos

pela titulação coletiva, tem muitas, tem algumas comunidades, não são muitas que já tem a posse do território e assim aí não vai fazer a titulação coletiva porque já tem a posse do território, né, tipo uso capião, mas assim para isso a gente precisa que as comunidades quilombolas, o povo da comunidade fique bem esclarecido desse processo, porque aí eu abri o processo no Incra, né e assim depois, logo depois eu pedi pra arquivar por esse motivo, porque fica o processo aberto lá e assim não adianta. Eu falei: eu posso pedir pra sair, pra desarquivar quando eu quiser, ele falou pode. Então por enquanto ta arquivado por esse motivo e a gente ta assim, tentando fazer umas conversas pra ver as pessoas que querem a titulação coletiva na comunidade, e os que não quiserem, assim no momento está parado, eu pedi pra parar, porque a gente precisa esclarecer, conscientizar, entende? E assim a gente ta vendo também uma área, a gente ta vendo essas áreas aí, essas áreas que ta com esse problema de desmatamento, fazendo casa, o pessoal vendendo, aí a a gente ta vendo, entendeu? Muitos quilombolas querem, mas muitos não, não entende”.

Pergunta: Por medo, você acha que é por medo?

“Também, porque nós temos muitas comunidades aí que tão sofrendo ameaça de morte, por conta do território, reivindicando território, aí eles vê essas coisas ficam com medo também”.

Pergunta: E a questão da violência já chegou na comunidade, violência urbana?

“Muita coisa, muita coisa, muita”.

Pergunta: Isso é uma outra luta então, ou não?

“Isso é uma outra luta que a o que agente tá tentando ver o que a gente faz, porque muita coisa, nossos jovens nós estamos perdendo tudo, perdemos pras drogas, perdemos por morte, quando não é assassinado é preso”.

Pergunta: E atividades de manifestação cultural?

“Não temos no momento. Nós estamos agora vendo, através da Associação estadual, ver se a gente consegue um projeto pra todo estado, incluir a Maria Conga, porque aí a gente vai fazer um projeto pra ver se tira, agora mesmo a gente vai tentar fazer um evento, pra ver e se der certo a gente vai dar continuidade. É até mesmo o centro social quilombo Maria Conga, que hoje eu to lá na diretoria, me afastei por causa da prefeitura, mas assim tá junto pra caramba lá, a gente vai fazer brincadeira de criança, vamos fazer um projeto de brincadeira de criança, porque as crianças hoje não tem brincadeira mais, por conta dessa tecnologia avançada, as crianças se perderam nessa, zap, é computador, tudo informatizado, as crianças não brincam mais, e a gente vai ver se trás um dia inteiro de brincadeira na comunidade e aí vamos ver se a gente consegue, gostaram, querem mais, então a gente vai fazer de novo. Aí a gente vai resgatando nessa, aí a gente vai ver depois que a gente já tiver o trabalho, a gente monta o projeto pra dizer que a gente já tem um trabalho. Porque não adianta a gente montar o projeto sem ter o trabalho que eles não aprovam. A gente tem que fazer o trabalho”.

Atividades propostas no catálogo de atividades “Usos da Lei 10.639 em sala de aula: sugestões de atividades para o Ensino e História Afro-Brasileira e para o Dia da Consciência Negra”

Sugestões de atividades:

Oficinas de dança e movimento: Educação física, História, Artes e Português.

- Samba de roda
- Jongo
- *Funk*
- *Rap*
- Capoeira

Oficinas de Arte: Artes, História, Geografia e Educação Física.

- Bonecas africanas
- Máscaras africanas
- Concurso de desenho e grafite
- Jogos africanos
- Mapa da África e do Brasil
- Quadros Debret
- Oficina de turbante
- Desfile de beleza negra

Oficinas de Literatura: Português e História.

- Reinos africanos
- Contação de estórias
- Poetas e escritores negros
- Heróis negros

Cineclube memórias e ciclo de Debates: História, Religião, Artes e Português.

- Orgulho de ser quilombola
- Quilombos e Remanescentes de Quilombos
- Conceito de raça e racismo
- Racismo nas redes sociais
- Política de cotas nas universidades
- Religiões afro-brasileiras
- Culinária e encerramento

Trabalhos realizados pelos alunos durante a pesquisa

Esboço da montagem dos quadrinhos pelos grupos em sala de aula

